



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Suelani Rocha da Silva

O feminismo negro nas canções de Bia Ferreira

Rio de Janeiro
2023

Suelani Rocha da Silva

O feminismo negro nas canções de Bia Ferreira



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Marques Samyn

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S568 Silva, Suelani Rocha da.
O feminismo negro nas canções de Bia Ferreira / Suelani Rocha da Silva.
– 2023.
83f.

Orientador: Henrique Marques Samyn.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Ferreira, Bia, 1993- – Crítica e interpretação – Teses. 2. Música –
Brasil - Teses. 3. Feminismo e arte – Teses. 4. Negras na arte – Teses. 5.
Racismo – Teses. 6. Misoginia – Teses. I. Samyn, Henrique Marques, 1980-.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
Dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Suelani Rocha da Silva

O feminismo negro nas canções de Bia Ferreira

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura

Aprovada em 06 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Leonardo Davino de Oliveira
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a Dra. Fabiana Bazilio Farias
Faculdade Unyleya

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que lutaram e que lutam diariamente contra o racismo. Vocês foram a minha grande inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, Aquele que me deu força e sabedoria para enfrentar essa jornada.

À Nathalia por ter sido umas das minhas grandes incentivadoras para continuar com a minha pesquisa e, por ter sido meu porto seguro em alguns momentos.

Ao meu orientador, Dr. Henrique Marques Samyn, uma raridade que encontrei nesse mundo acadêmico, e a quem sou eternamente grata por ter acolhido a minha pesquisa, e também, pela sua paciência, pela empatia e pela dedicação, que me fizeram perceber, verdadeiramente, o quão revolucionária pode ser a educação. Por isso estimo a sua, presença na academia e admiro o valor inestimável do seu trabalho.

Aos meus pais, Ubiratã e Zilândia por terem investido na minha educação, pois sempre acreditaram que esse era o melhor caminho para mudarmos o mundo ao nosso redor.

Às minhas irmãs, Jaqueline e Suellen, mulheres com quem aprendo diariamente, e que são os meus exemplos de força, coragem e resiliência.

Aos professores Leonardo Davino e Fabiana Bazilio por gentilmente terem aceitado o convite de compor a minha banca de avaliação.

RESUMO

SILVA, Suelani Rocha da. *O feminismo negro nas canções de Bia Ferreira*. 2023. 83 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho tem como finalidade analisar letras de canções de Bia Ferreira, apontando como elas dialogam com questionamentos centrais do feminismo negro. Trata-se de demonstrar como as letras abordam as articulações entre as opressões de gênero, raça e classe, com ênfase em questões como a objetificação da mulher negra, as opressões racistas e sexistas; bem como apresentar algumas considerações sobre os tipos de sujeitos femininos presentes nas canções da autora e de que maneira elas reivindicam seu espaço. Por meio de uma leitura das canções “Cota não é esmola”, “Não precisa ser Amélia”, “De dentro do Ap” e “Diga não” e de referências teóricas como Gonzalez, hooks, Collins, Carneiro, Davis, discute-se como os estereótipos associados ao gênero e à raça subjugam a mulher preta na sociedade brasileira, oprimindo-a através da misoginia e do racismo, ambos reflexos do passado escravista que o país viveu por séculos e que ainda tem grandes impactos na vida de pessoas pretas.

Palavras-chave: Feminismo negro. Bia Ferreira. Racismo. Sexismo.

ABSTRACT

SILVA, Suelani Rocha da. *Black feminism in the songs of Bia Ferreira*. 2023. 83 f.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This paper aims to analyze the lyrics of songs by Bia Ferreira, pointing out how they dialogue with central issues of black feminism. It is to demonstrate how the lyrics address the articulations between gender, race and class oppressions, with emphasis on issues such as the objectification of black women, racist and sexist oppressions; as well as to present some considerations about the types of female subjects present in the songs and how they claim their space. Through an analysis of Bia Ferreira's songs "Cota não é es almola", "Não precisa ser Amélia", "De dentro do ap" and "Diga não" from theoretical references such as Gonzalez, hooks, Collins, Carneiro, Davis, we discuss how stereotypes associated with gender and race subjugate black women in Brazilian society, oppressing them through misogyny and racism, reflections of the slavery past that the country lived for centuries, and that still has great impacts on the lives of black people.

Keywords: Black feminism. Bia Ferreira. Racism. Sexism.

Se você nunca se uniu aos oprimidos ainda dá tempo - dê a mão

Rupi Kaur

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 FEMINISMO NEGRO: UMA INTRODUÇÃO	13
1.1 Feminismo negro no Brasil	24
1.2 Sexismo e racismo: a dupla opressão da mulher negra	35
2 BIA FERREIRA E O FEMINISMO NEGRO	39
2.1 “Cota não é esmola”	43
2.2 “De dentro do Ap”	51
2.3 “Não precisa ser Amélia”	56
2.4 “Diga não”	65
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

Parte da historiografia convencional sustenta que, durante muito tempo, o sujeito feminino não tinha espaço no qual pudesse falar e ser ouvido: a sua voz era silenciada e as mulheres eram vistas como seres inferiores e, por isso, não deveriam ter os mesmos direitos que os homens. O seu destino era decidido pela figura masculina, que agia e falava em seu lugar, porém, no final do século XIX as mulheres já não estavam mais dispostas a aceitar essa condição. É, então, que nesse período elas decidiram lutar de maneira organizada, criando o movimento feminista, reivindicando direitos e questionando o sistema patriarcal e machista que ditava as normas da sociedade e que as subjugavam por conta do gênero.

Nesse primeiro momento, a pauta principal era direito das mulheres de estudar, de trabalhar e de batalhar por igualdade política e jurídica entre os gêneros, portanto as mulheres se aproximaram das lutas sociais e o movimento ganhou força e visibilidade com as sufragistas. As sufragistas eram, ativistas que lutavam pelo direito ao voto e consideravam que somente através dele seria possível ter leis que as protegessem e que as representassem. No discurso histórico canônico, o movimento feminista, por atravessar os séculos e ter diversos episódios sintomáticos, é dividido em faixas temporais chamadas de “ondas”, o período ao qual dos referimos se caracteriza por ser a primeira dessas “ondas”.

No final da década de 1940, Simone de Beauvoir (1908-1986) publicou o livro *O segundo sexo*, que serviu de base para uma segunda “onda” do movimento feminista. A autora fala da condição feminina a partir do lugar que ela, como mulher ocupou, mostra que o ser feminino era definido pelo olhar do outro, nesse caso o homem, nunca definido por si mesmo, objetificado e desumanizado. Beauvoir trouxe ainda, a reflexão para o feminismo de que o gênero era uma construção social, uma vez que não nascemos mulher, porém nos tornamos (BEAUVOIR, 2009).

Essa segunda “onda”, que se iniciou nos anos 70, não aborda mais a questão do voto, pois a problematização em voga era a opressão sexista, a igualdade salarial, a liberdade sexual, o direito ao prazer, o aborto e o fim do sistema patriarcal, privilegiava o sujeito masculino e operava sistematicamente pela exclusão das mulheres e das questões que as contornavam. A categoria mulher, criada na segunda “onda” e em oposição ao homem, foi bastante útil unindo o movimento para conquistas de direitos, no entanto, essa categoria não

levou em consideração a pluralidade do ser mulher, portanto, apenas se atentou especificamente às pautas de mulheres brancas, escolarizadas e de classe média.

Apesar da ausência de pluralidade, mulheres negras e pobres também lutaram pelo direito ao voto, pois acreditavam que teriam melhores condições de trabalho, afinal, elas sempre trabalharam em condições precárias, constantemente exploradas e mal remuneradas. Ainda assim, a situação delas pouco mudou, já que elas continuaram sendo um dos grupos mais explorados nesse mecanismo. Mulheres de classe média não estavam dispostas a combater esse tipo de exploração, pois os trabalhos que elas almejavam eram os mesmos que dos homens brancos da classe média, logo, elas não queriam ser exploradas como outras mulheres, por isso também não combatiam ativamente esse tipo de abuso.

Ao longo do tempo, as mulheres brancas foram conquistando alguns direitos, entre eles a liberdade sexual e o direito de escolha sobre o próprio corpo, com o surgimento de métodos contraceptivos que possibilitaram a autonomia sobre a vida sexual e reprodutiva, permitindo que adentrassem no mercado de trabalho, sem que fosse preciso abdicar de sua vida em prol de uma maternidade não desejada. No entanto, mulheres racializadas já tinham que lidar com a dupla jornada de mãe e de trabalhadora, visto que essa emancipação não chegou até esse grupo da sociedade: trabalhar não era uma escolha para essas mulheres, era uma necessidade, uma forma de sobrevivência. Consoante a essa perspectiva historiográfica, na década de 1990, tivemos a “terceira onda”, que começou a questionar o feminismo universal baseado apenas na opressão do patriarcado e do sexismo.

Todavia, a divisão cronológica do feminismo por ondas se mostrou pouco eficiente e gerou críticas, já naquela época, por partes de outras mulheres que não foram contempladas em nenhuma dessas ondas e tampouco tiveram suas pautas legitimadas. Ademais, essa divisão nos induz a pensar que entre o momento de uma “onda” e outra houve um período de calmaria, no qual as mulheres não lutaram, quando, na verdade, havia lutas constantes apesar de silenciosas, sobretudo porque os direitos conquistados por esse movimento ainda eram mínimos se comparados com os direitos que os homens detinham, o caminho percorrido e a luta estavam apenas começando.

Para além do discurso convencional, o feminismo negro incorporava à discussão o fato de que a opressão de raça subjugava tanto quanto a de gênero, então, pensar na igualdade de direitos entre as mulheres sem levar em consideração fatores como de raça e classe social seria, no mínimo, utópico.

O feminismo negro questionará essa categoria universal de mulher, criada pelo movimento feminista hegemônico, que não levou em consideração a pluralidade do sujeito feminino, pois enquanto a mulher branca buscava igualdade com o homem branco, nós, mulheres negras, ainda estávamos lutando para sermos vistas como seres humanos, pois a nossa existência era completamente invisibilizada. Nossas vivências e demandas não foram, em nenhum momento, legitimadas, e tampouco foi levada em consideração a trajetória diferenciada que tivemos em relação às mulheres brancas, decorrente do processo de escravidão. Nossa forma de ser e de estar no mundo se diferencia por completo das de mulheres brancas e, mesmo após a abolição da escravatura, o lugar de subalternidade continuou nos sendo imposto. É por isso que o feminismo negro surgirá como uma perspectiva para se pensar sobre a realidade e a vivência da mulher racializada e, dessa maneira, traçar estratégias diferentes para remediar as consequências, não somente da opressão sexista, mas também da opressão racista que recaía, e segue recaindo, sobre a mulher negra.

O meu interesse em pesquisar sobre o feminismo negro se deu porque, apesar de sempre ter me considerado uma feminista, nunca senti uma proximidade com o movimento tradicional de mulheres, afinal não me via representada por suas líderes que, na grande maioria, eram mulheres brancas de classe média. Todas as vezes que ouvia falar sobre feminismo era por meio delas, e eu me perguntava onde estariam mulheres, como eu, negras e pobres, naquele movimento. Elas eram ouvidas e vistas? Eram protagonistas também, ou meras coadjuvantes? Foi diante de todos esses questionamentos, e sobretudo pela minha dificuldade de me aproximar e me reconhecer no feminismo branco, que comecei a pesquisar mais o que mulheres pretas pensavam.

Recordo-me do primeiro livro que comprei, *E eu não sou uma mulher?*, da autora estadunidense bell hooks. Lembro-me de que, ao ler aquele livro, parecia que a autora conhecia a fundo as minhas vivências, os meus sofrimentos e as opressões que me foram impostas; foi, então, que percebi que nós, mulheres negras, compartilhamos a mesma opressão. Independentemente de idade e do lugar em que estamos, a opressão de raça, o racismo, atravessa-nos muito antes de nos entendermos como mulheres.

O feminismo falava que mulheres deveriam deixar de ser “rainhas do lar” e trabalhar, ter independência, e me recordo de mulheres pretas da minha família, toda uma geração de mulheres que sempre trabalharam, e ainda se dedicavam à maternidade em uma dupla jornada; as que não trabalhavam, cuidavam dos filhos das outras para que elas pudessem

trabalhar; algumas eram mães solteiras, o que tornava tudo mais difícil. Realmente, o movimento de mulheres estava falando de outras mulheres que tinham uma realidade completamente diferente das que estavam ao meu redor.

Ao longo do meu processo de aprendizado sobre o feminismo negro, pude perceber que muitas mulheres negras que eu conhecia não se definiam como feministas, mesmo defendendo pautas como igualdade de gênero, salários equivalentes aos dos homens, fim do sistema patriarcal e, na prática, agindo com sororidade e com empatia com outras mulheres negras, seja cuidando dos filhos de uma outra pessoa para que ela pudesse trabalhar, gerando uma rede de apoio feminina, ou trabalhando em projetos sociais ligados a igrejas, nos quais ajudavam mulheres em situação social vulnerável; eu estava cercada de mulheres que ajudavam outras mulheres a se reerguer e não se intitulavam, em momento algum, como feministas.

E o meu questionamento era o porquê de elas não se verem como feministas. Pude perceber que, na verdade, era o movimento feminista tradicional que não nos via, que não estava interessado na nossa realidade, que se prendia apenas à teoria e não estava empenhado em ir para a prática, em experimentar a realidade dessas mulheres. Em contrapartida, o feminismo negro tinha surgido no meio dessas mulheres pretas invisibilizadas e foram elas que questionaram essa invisibilidade, elas que reivindicaram um espaço. O feminismo negro deu voz às que foram silenciadas e apagadas pelo feminismo tradicional.

Depois de me aprofundar mais nos estudos sobre o assunto, surgiram-me o desejo de poder falar sobre o que eu estava aprendendo para as minhas iguais, mas como fazer esse conhecimento chegar a elas de maneira didática, objetiva e sem ser superficial? Foi, então, que percebi que as músicas que eu escutava diariamente, de uma cantora mineira pouco conhecida no cenário musical, tinham letras que dialogavam perfeitamente com o que eu estava aprendendo; foi, então, que decidi abordar tudo isso por meio de uma análise dessas canções, um tipo de linguagem artística que está presente na sociedade desde os tempos antigos e que faz parte de todas as culturas, exercendo uma grande influência sobre o comportamento humano e sobre a maneira de percebermos o mundo ao nosso redor. A música tem o poder de atingir diversas pessoas de diferentes idades, culturas e classes sociais, transcendendo espaço e tempo.

A música não serve apenas para entretenimento, mas é uma arma poderosa para questionarmos o *status quo*, injustiças, denunciar opressões, reivindicar direitos: é uma força

motriz para transformações de vidas. Um exemplo disso é o *hip hop* brasileiro, que possibilitou dar voz para os jovens pretos pobres e periféricos no Brasil. Diversos grupos de rap, entre os quais o mais notório é Racionais MC's, trouxe, por intermédio de suas letras, uma visão crítica da sociedade, denunciando a discriminação racial que a população preta sofria e a violência por parte da polícia, a omissão do Estado ao não oferecer políticas públicas, mostrando a realidade de quem vivia nas periferias. Esses grupos foram a voz dos oprimidos, a voz que não se conformava com o que lhes era imposto e que exigia mudanças dessa sociedade e do sistema. O *rap* conseguiu, por meio da arte, unir as pautas que o movimento negro politizado debatia e defendia, alcançando os jovens pretos e pobres da periferia e possibilitando que esses jovens tivessem acesso a esse tipo de discurso conscientizador.

Por que não falar sobre feminismo negro por meio das canções de uma mulher, preta, pobre e periférica como eu? Por isso escolhi Bia Ferreira, uma escolha não somente pessoal, mas uma escolha política: dar voz a quem busca dar voz a outros por meio de sua música, não somente a outros e a outras invisibilizados, mas a uma causa social e política, o combate ao racismo e ao sexismo. Ferreira usa a música como ferramenta de conscientização de pessoas pretas, pobres e periféricas para que elas possam entender seu lugar social, e não se conformar com aquilo que lhe é imposto, mas questionar para que isso resulte em mudança de pensamentos equivocados e preconceituosos, afinal, o único agente transformador é o conhecimento, que primeiro transforma o indivíduo e, posteriormente, gera efeitos no coletivo e nas estruturas da sociedade. O conhecimento é a melhor arma para destruir o sistema que nos oprime.

Ao longo da dissertação, perceberemos como as músicas de Bia Ferreira criticam o feminismo branco tradicional e elitista, que simplesmente não se importou com a pluralidade de experiências e do que é ser uma mulher não branca e pobre em um mundo capitalista patriarcal e racista, questionando os papéis sociais impostos às mulheres pretas que são o intercruzamento do sexismo e racismo. Através da análise das letras de suas composições, buscaremos compreender o tipo de sujeito feminino presente nessas composições e de qual maneira ele reivindica seu espaço na sociedade.

As canções também denunciam o racismo que nos mata diariamente, que nos violenta de forma física e mental, que apaga a nossa memória como povos detentores do saber e nossos heróis das páginas da história. O genocídio da população negra e a ausência de políticas públicas voltadas para essa parcela da população brasileira também será discutido no

decorrer dos capítulos, buscando compreender como nós, pessoas pretas, apesar de sermos a maioria em termo de população, ainda somos a minoria em lugares de poder, um dos resultados do racismo estrutural que nos empurra para os piores indicadores em relação à educação, saúde, segurança pública, mercado de trabalho, entre outros.

Trazer para a academia — um ambiente tão conservador, branco, elitista, e que durante muitos anos negou o acesso a nós, pessoas pretas — a temática sobre feminismo negro por meio de uma cantora preta, periférica e lésbica, vai além dessa dissertação: é ocupar não somente o espaço físico, mas o espaço do conhecimento e de mudança, mostrar que, se durante muito tempo ninguém falou sobre nossa história, nossas vivências, nossos heróis, nossos autores e intelectuais, isso começa a mudar.

1 FEMINISMO NEGRO: UMA INTRODUÇÃO

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda esta falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem quando tinha o que comer e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?¹

O discurso acima foi proferido por Sojourner Truth² na Convenção pelos Direitos das Mulheres de Akron, Ohio, em 1852. Na ocasião, mulheres brancas se opuseram à sua fala pois achavam inapropriado uma mulher negra se manifestar em um ambiente público; para os que estavam presentes ali, ela era indigna de receber o título de mulher, ela era menos do que isso, era apenas um ser desumanizado e objetificado. Em sua fala, Truth queria demonstrar que, como mulher negra ex-escravizada, nunca foi vista como frágil ou inapta para o trabalho, porque essa era a maneira como apenas a mulher branca era vista e, neste aspecto, a mulher negra estava no mesmo patamar dos homens, tanto negros quanto brancos, porém ela era muito mais do que uma mão de obra servil: era mãe, mulher e um ser humano com individualidades, digno de direitos como qualquer outro, e disposta a reivindicar o que sempre lhe foi negado, a igualdade. Tanto o racismo quanto o sexismo partem da discriminação baseado em fatores supostamente biológicos; são ideologias estabelecidas para a dominação do sujeito pelo simples fato de ele ser quem é. Tanto à mulher quanto ao negro foram negados a serem sujeitos do seu próprio discurso e destino, e à mulher negra isso foi negado duplamente.

Hoje, Sojourner Truth é reconhecida como uma das precursoras do feminismo negro estadunidense, já que a sua percepção sobre a invisibilização da mulher negra pela sociedade mostrou que a realidade vivenciada por ela e pelas mulheres brancas era completamente antagônica; sua coragem e ousadia em trazer à reflexão essas diferenças abriram caminho para o surgimento de outras feministas negras que começaram a expressar mais ainda suas próprias vivências. A realidade vivida por elas não era uma consequência apenas da opressão de

¹ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

² Sojourner Truth (1797-1883) foi uma ativista e abolicionista que lutou pelo direito de mulheres negras nos EUA

gênero, mas também do racismo, assim ao longo da história, mulheres negras tiveram uma experiência diferenciada que não foi levada em consideração. As pautas abordadas dentro do feminismo branco hegemônico não englobavam, de fato, o que as mulheres racializadas vivenciavam: como seria possível para mulheres brancas de classe média entender realidades completamente diferentes delas próprias, se nunca se propuseram a olhar as que estavam à margem da sociedade, e que nem ao menos eram vistas como mulheres? Essas mulheres brancas queriam a transformação das estruturas sociais que as oprimiam, mas eram incapazes de se desfazer de conceitos racistas e sexistas: a “sororidade” que buscavam não alcançava outras mulheres.

O feminismo hegemônico criou uma categoria universal de mulher – branca, escolarizada e de classe média, categoria útil para a construção do movimento que almejava a conquista de direitos, e para a compreensão da dominação masculina, porém as características que definiam esse “ser mulher” faziam com que mulheres negras, latinas, não brancas, pobres e da classe trabalhadora, não se identificassem com esse tipo de ativismo burguês e branco que não representavam suas lutas diárias, seus sofrimentos, suas opressões e suas demandas. Quando o movimento feminista hegemônico defendeu que mulheres trabalhassem e deixassem de ser “rainhas do lar” para ocuparem espaços no mercado de trabalho, mulheres pobres já trabalhavam desde a época da primeira Revolução Industrial; elas compunham boa parte da massa operária das fábricas, com horas extenuantes de trabalho e salários baixíssimos. A mulher negra também sempre trabalhou tendo sua mão de obra explorada a troco de absolutamente nada; e depois da abolição da escravatura, mulheres negras que exerciam a mesma função das mulheres brancas ganhavam salários menores, isso quando conseguiam empregos, ou então eram obrigadas a trabalhar como empregadas domésticas na casa de famílias brancas, assim como já acontecia na época pré-abolição. Portanto o feminismo hegemônico não se atentou às especificidades que atingiam mulheres racializadas e pobres, e por serem a minoria dentro do movimento feminista hegemônico, suas pautas não foram ouvidas muito menos legitimadas.

Assim como Audre Lorde observa, “sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta” (LORDE, 2019, p. 240). Portanto, Lorde argumenta a favor de uma abordagem mais aberta e reflexiva em relação às diferenças entre as pessoas, em vez de ignorá-las ou tentar minimizá-las, devemos reconhecê-las e examiná-las com cuidado para

entender como elas moldam nossas interações sociais. Dessa forma, podemos trabalhar para construir uma sociedade mais inclusiva.

O desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada. (BUTLER, 2019, p. 18).

O *status* da mulher negra nunca foi o mesmo da mulher branca, pois, por mais vitimada que essa última tenha sido diante da opressão sexista, a mulher negra sentiu na pele não somente o sexismo por parte de homens brancos e negros, mas também o racismo por parte da mulher e do homem branco. Esse racismo impediu que elas se organizassem como um movimento, impossibilitando-as de serem ouvidas e vistas da mesma forma que mulheres brancas, e a única maneira de trazer visibilidade às suas causas era o combate do racismo que ainda as silenciava. As mulheres negras precisavam tornar-se sujeito do feminismo para ter suas pautas legitimadas, a igualdade de direito com os homens só seria viável se elas comesçassem a ter igualdade com outras mulheres, saíssem das margens do feminismo e ocupassem o centro.

Apesar de ambos estarem sujeitos à vitimização sexista, como vítimas de racismo, as mulheres negras eram submetidas a formas de opressão que nenhuma mulher branca precisou aguentar. Na verdade, o imperialismo racial branco garantiu a todas as mulheres brancas independentemente do quão vitimadas eram pela opressão sexista o direito de assumir o papel de opressora em relacionamentos com mulheres negras e homens negros. (HOOKS, 2020, p. 198).

Quando mulheres negras que faziam parte do movimento feminista começaram a perceber que entre elas e as mulheres brancas existia um abismo de diferenças e que gênero e raça estavam interligados e que ambos as oprimiam duplamente, elas tentaram trazer a questão racial para a discussão central; contudo, elas foram acusadas de estarem traindo o movimento por introduzirem um tema tão pouco pertinente para as demais. O preconceito racial estava contaminando as ideias feministas e, se elas não ouvissem as reivindicações de mulheres não brancas, a sororidade da qual tanto falavam não seria genuína. O movimento estava mais preocupado em não parecer racista, ao dizer que todas as mulheres eram bem-vindas, do que em ter um posicionamento antirracista que efetivamente confrontasse os abusos que elas sabiam que mulheres negras sofriam; no entanto, não houve interesse em abordar outras opressões além da de gênero.

Mulheres brancas tentaram se desassociar da imagem racista colocando toda a responsabilidade em cima do patriarcado branco, ausentando-se assim de qualquer tipo de culpa; não reconheceram que o racismo também as beneficiou e lhes proporcionou privilégios, tampouco dividiram seu espaço para que outras mulheres pudessem reivindicar e usufruir dos mesmos direitos. Não houve, interesse em subverter o sistema e quebrar toda uma estrutura que subjogava a mulher negra. Admitir o racismo seria o primeiro passo para a igualdade de todas as mulheres e para a construção de um feminismo que acolhesse diferentes demandas, mas as mulheres brancas não estavam dispostas a renunciar ao apoio da supremacia branca e nem a reestruturar o sistema político e social que as tornava superiores diante de mulheres negras.

Considerar somente a opressão de gênero, ignorando que outras opressões deveriam ser examinadas de forma conjunta, tornou a mulher branca a única protagonista do feminismo, sem espaço para coadjuvantes: “priorizar o gênero significou que mulheres brancas podiam assumir o palco, dizer que o movimento era delas, mesmo ao convocar todas as mulheres para aderir” (HOOKS, 2020, p. 90).

O racismo não foi abordado dentro de pautas feministas, pois se acreditava que essa incorporação desvirtuaria o movimento de sua causa principal (a igualdade de gênero entre homens e mulheres), a qual só poderia ser conquistada por meio do sufrágio universal. Nesse momento surgem as denominadas “sufragistas”, mulheres que lutavam pelo direito de voto, o qual era visto como instrumento que garantiria que as leis que as protegessem e as representassem; se essa conquista fosse alcançada, suas reivindicações sairiam do âmbito privado para o público.

Mulheres negras também viam o voto como uma possibilidade para mudar o sistema que as oprimia e que as imputava restrições não só pelo sexo, mas também pela raça e pela classe social. Nesse período várias sufragistas negras e estadunidenses se destacaram tais como Ida B. Wells, Mary Church Terrell e Mary McLeod Bethune, que entendiam que o direito ao voto lhes permitiria lutar por acesso à educação, por melhores condições de trabalho e por uma mudança na estrutura política/social; por isso, dedicaram-se à causa e deram total apoio às sufragistas.

Em um artigo satírico sobre a manifestação sufragista de Washington, em 1913, Du Bois descreveu os homens brancos que distribuíram tanto insultos quanto golpes – e mais de cem pessoas ficaram feridas – como os sustentáculos das “gloriosas tradições da masculinidade anglo-saxã” [...] Concluindo o artigo com uma

observação séria, Du Bois cita uma das manifestantes brancas, que destacou como os homens negros foram, de modo unânime, respeitosos. Dos milhares que assistiram à parada, “nenhum deles foi agressivo ou rude [...]. A diferença entre eles e aqueles homens brancos, insolentes e arrogantes, era notável”. Essa manifestação, cujos espectadores do sexo masculino mais solidários eram negros [...]. (DAVIS, 2016, p. 148).

No entanto, no final do século XIX, a campanha pelo sufrágio feminino foi adquirindo traços racistas principalmente quando muitos homens brancos passaram a apoiar a causa, demonstrando que a luta pelo voto não se tratava mais de uma questão de gênero, mas de uma questão de superioridade da raça branca – “primeiro a mulher, por último o negro” (DAVIS, 2016, p. 122). Em 1892, a *Nawsa*³, presidida por Susan B. Anthony, começou a adotar resoluções racistas e classistas dentro do movimento como, por exemplo, o veto do direito ao voto por homens negros, imigrantes e pessoas ditas como ignorantes e sem estudo, também se negava esse direito às mulheres brancas, de classe média e instruídas, imposição justificada, nesse caso, pela inferioridade de gênero. Foi, então, que elas se aliaram a homens brancos com ideais supremacistas.

[...] se o sufrágio negro for aprovado, seremos invadidos por uma multidão de negros ignorantes, depauperados, vindos de todos os estados da União. Se o sufrágio feminino for aprovado, atrairemos para nossas fronteiras pessoas de caráter e posição, com recursos e educação. [...] Quem hesitaria ao escolher entre as mulheres instruídas e os negros ignorantes? (DAVIS, 2016, p. 123)

Em outras palavras, esse tipo de postura suponha que a hierarquia de gênero deveria ser quebrada, enquanto a racial tinha de ser mantida. O feminismo hegemônico poderia ter se esforçado para que todas as mulheres chegassem ao topo, e não apenas algumas, como bem pontuou Sojourner Truth: “se a minha caneca não está cheia nem pela metade e a sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar a minha medida?” (RIBEIRO, 2017, p. 13). Entretanto, o que importava era encher a própria caneca, mesmo que fosse preciso esvaziar a daqueles que nunca usufruíram de nada, dessa forma, a mulher branca queria deter o poder assim como o homem branco já detinha, por isso, ela não estava legitimamente comprometida em construir uma sociedade igualitária e sem opressões. Um exemplo desse desinteresse em visibilizar a violência sofrida por mulheres negras e homens

³ National American Woman Suffrage Association – Associação Nacional Americana do sufrágio feminino.

negros aconteceu em 1899, durante uma convenção de mulheres, na qual Lottie Wilson Jackson, uma sufragista negra, tentou trazer para a discussão o tópico sobre a segregação que ela vivia e que era respaldada pela implantação das leis Jim Crow⁴. Na ocasião, Susan B. Anthony, presidente da Nawasa,⁵ alegou que o movimento estava impotente e que nada poderia fazer, pois o coletivo não tinha nenhum poder político para lograr essa mudança. A temática do racismo somente era abordada quando era conveniente, a omissão das líderes sufragistas diante de situações de racismo sofridas por sufragistas negras acabou contribuindo para proliferar a discriminação racial dentro do próprio movimento “elas não queriam que levantassem a questão do racismo, porque não queriam desviar a atenção de sua projeção de mulher branca “boa”, ou seja, não racista e vítima; do homem branco “mau”, ou seja, racista e opressor. (HOOKS, 2020, p. 241).

Apesar de terem lutado junto às sufragistas, apoiando e dedicando suas vidas pela igualdade de gênero, as mulheres negras sofreram um grande revés, pois todo os esforços destinados à causa não lhes renderam os frutos desejados: elas foram simplesmente ludibriadas pelo movimento feminista que pregava igualdade de direitos, mas que não as incluía de fato. Os direitos civis conquistados por toda a população negra, desde a época da escravidão, estavam sendo mais uma vez retirados e tudo isso era legitimado por leis segregalistas, que normalizavam e apoiavam a exclusão, a violência e o extermínio do povo preto.

Se uma mulher negra conseguisse ler um texto complicado que lhe era apresentado, a autoridade branca encontraria outra razão incongruente para dizer que ela não estava apta a votar. E qualquer mulher que insistisse era ameaçada com violência, se não se retirasse obedientemente. (HOOKS, 2020, p. 272).

O voto, que deveria ser uma oportunidade para mulheres negras ascenderem politicamente, em nada mudou suas vidas, e tampouco permitiu uma emancipação ou uma mudança social realista, uma vez que os critérios e os pré-requisitos para votar eram, praticamente, impossíveis de serem alcançados pela grande maioria dessas mulheres.

Depois da aguardada vitória do sufrágio feminino, as mulheres negras do Sul foram violentamente impedidas de exercer seu direito recentemente adquirido. A erupção da violência da Ku Klux Klan em locais como Orange County, na Flórida, causou ferimentos e mortes de mulheres e crianças negras.

Em outros lugares, elas foram proibidas de exercer o novo direito de forma mais

⁴ As leis Jim Crown foram implementadas no final do século XIX no sul dos Estados, e determinavam lugares específicos destinados para brancos e para negros.

⁵ National American Woman Suffrage Association – Associação Nacional Americana do sufrágio feminino.

pacífica. Em Americus, na Geórgia, por exemplo, mais de 250 mulheres de cor foram às urnas para votar, mas [...] acabaram rechaçadas ou tiveram suas cédulas recusadas pelos supervisores eleitorais. (DAVIS, 2016, p. 150).

O sufrágio concedido à mulher branca fortaleceu exclusivamente a sua própria raça e a opressão contra o povo negro. Elas não utilizaram o direito conquistado para apoiar questões de outras mulheres, se antes as feministas alegavam que nada poderiam fazer para mudar a situação da mulher negra, uma vez que não detinham poder político para isso, depois que conquistaram o direito de voto não se dispuseram, efetivamente em realizar mudanças sociais significativas. Muitas delas terminaram votando de acordo com a ideologia política dos maridos, filhos ou pais; não havia uma independência de pensamento que pudesse mudar todo o sistema misógino e patriarcal que as oprimia. Mulheres continuaram votando em homens brancos e ricos que estavam apenas interessados em manter a hegemonia branca e classista. O voto contribuiu para perpetuar a estrutura sexista que o movimento feminista tentava combater, e o racismo continuou sendo ignorado não entrando na pauta de nenhum movimento de mulheres brancas, visto que isso não era um problema que as atingia: a empatia e solidariedade eram voltadas apenas para os seus iguais.

O privilégio de votar das mulheres não mudou fundamentalmente o destino das mulheres na sociedade, mas permitiu a elas ajudar a manter a ordem social imperialista patriarcal branca racista já existente. Até certo gravíssimo ponto, a conquista das mulheres do direito ao voto foi uma vitória mais para os princípios racistas do que um trunfo para os princípios feministas (HOOKS, 2020, p. 271).

Embora o feminismo tenha tido boas intenções ao buscar a liberdade das mulheres, a visão estreita das lideranças impediu que elas percebessem outras formas de opressão, além daquela relacionada ao sexismo. A opressão racial e de classe ainda trazia uma disparidade muito grande entre as mulheres, isso porque mulheres racializadas e pobres permaneceram sendo invisibilizadas e impedidas de aspirarem por mudança em sua situação social. Mulheres brancas estavam mais empenhadas em obter os mesmos poderes que os homens do que em lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, e após conquistarem o que almejavam, elas não se propuseram a olhar e apoiar movimentos que buscavam reformular o feminismo.

Ao serem suprimidas da pauta do feminismo branco hegemônico, mesmo após terem lutado igualmente pela causa, as mulheres pretas reconheceram que o movimento priorizava interesses próprios que se afastavam dos objetivos que pressupunham uma igualdade política, social e econômica e que, além disso, o movimento seguia normalizando a hierarquia de raça ao excluir de sua pauta outras demandas e nuances das demais mulheres que não se

enquadravam nesse perfil branco e classicista. Por isso, as líderes negras já não tinham mais como foco a igualdade de gênero: a luta havia se voltado para a questão do racismo, logo, o objetivo naquele momento era a sobrevivência, uma vez que mulheres e homens negros estavam sendo mortos por um governo que legitimava leis de segregação, linchamento, perseguição e abuso sexual de mulheres negras.

Devido ao grande número de linchamentos, no início do século XIX foi criado o Movimento Associativo de Mulheres Negras, contudo, essa pauta já tinha sido levantada anteriormente por Ida B. Wells, ativista dos direitos civis, porém esse tema não recebeu a atenção adequada e muito menos despertou a sensibilidade das feministas brancas. Não obstante os inúmeros massacres ocorridos e dos constantes apelos feitos para que as autoridades intervissem de alguma forma nas atrocidades que eram cometidas contra a população negra, nada foi feito, resultando na normalização da desumanização de pessoas racializadas por parte do governo, da igreja e da sociedade: nenhuma dessas esferas se importaram com o genocídio de pessoas pretas. Um dos casos mais aterrorizantes e desumanos foi o linchamento de Sam Hose, na Georgia, no qual Hose, além de ser brutalmente espancado até a morte, teve partes de seu corpo vendidas como um *souvenir* para aqueles que assistiram ao macabro espetáculo.

[Ele] foi tirado de seus captores em uma manhã silenciosa de domingo e queimado até a morte com uma crueldade indescritível e diabólica na presença de milhares de pessoas que comemoravam, pessoas essas consideradas as mais virtuosas da Geórgia – homens, mulheres e crianças que saíram de casa no dia do Senhor dos cristãos para ver um ser humano ser queimado como se estivessem indo a um festival popular e a um passeio de inocente diversão e entretenimento. (DAVIS, 2016, p. 126).

Apesar de diversos linchamentos, enforcamentos, prisões arbitrárias e abuso sexual de mulheres negras, o governo incitava ainda mais a supremacia branca por meio da Ku Klux Klan, cujos atos terroristas e hediondos eram validados, não havendo nenhum tipo de punição para os crimes, assim, quando as vítimas procuravam justiça, não obtinham nenhum tipo de retorno por partes das autoridades. Entretanto, o povo negro não se intimidou diante desses atos terríveis: todos os dias havia mais protestos para denunciar não somente a violência praticada por grupos supremacistas, como também a violência policial que era completamente desproporcional e racista.

Um dos marcos do movimento pelos direitos civis foi um episódio protagonizado por Rosa Parks, em 1955, que, ao adentrar um ônibus, foi obrigada a se levantar para dar lugar para um homem branco se sentar, enquanto outras pessoas pretas que estavam sentadas

prontamente se levantaram e foram para parte de trás do veículo, ela se recusou a ceder seu lugar no ônibus. Essa atitude resultou em sua prisão, o que gerou uma grande revolta da população negra que já estava cansada de ser tratada de maneira degradante e injusta. Nesta época, imperavam as leis de segregação que separavam pessoas pretas das pessoas brancas em transportes públicos, leis que impunham essas condições também a vários outros espaços de convivência, tais como o uso de banheiros e bebedouros específicos para pessoas de cor, e quem se recusasse a cumprir essa determinação era punido. Apesar de não ter sido a primeira pessoa negra a se recusar a ceder lugar para pessoas brancas, o caso de Parks ganhou uma maior repercussão e gerou uma grande mobilização por parte da população negra.

O feito audaz de Rosa Parks, aparentemente pequeno e individual, motivou e serviu de exemplo para mulheres e homens que se rebelaram contra o sistema opressor e realizaram diversos protestos, entre eles, um dos mais famosos e conhecidos da história, o boicote dos ônibus de Montgomery, no qual várias pessoas pretas se recusaram, de forma generalizada, a pegar ônibus. Essa manifestação durou por treze meses o que ocasionou um grande déficit nas empresas de transporte, visto que boa parte dos passageiros que os utilizavam diariamente eram pessoas negras, e foi realizado graças a Parks que, com sua coragem, recusa e enfrentamento, mostrou que o povo negro não aceitaria tudo que estava acontecendo e que exigiria, por parte da sociedade e do Estado, uma intervenção e atitudes mais enérgicas para acabar com o racismo. Em 1956, finalmente, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a separação de negros e brancos no transporte público era inconstitucional.

[...] não foi um único indivíduo, nem dois, que criou aquele movimento; na verdade, foram principalmente mulheres em contextos coletivos, mulheres negras, mulheres negras pobres que eram arrumadeiras, lavadeiras e cozinheiras. Essas foram as pessoas que se recusaram coletivamente a tomar os ônibus (DAVIS, 2018, p. 126).

O feminismo negro foi de suma importância para as lutas pelos direitos civis: essas mulheres apoiaram seus companheiros e outros homens negros no combate contra o racismo, elas não só lutavam pela causa das mulheres, pois elas sabiam que qualquer tipo de opressão deveria ser combatida, já que essas eram reflexos da convergência de opressões de raça, gênero e classe, e que marcavam o sujeito de maneiras diferentes, gerando diversas formas de exclusão na sociedade, as quais negam a existência de uma hierarquia de opressão nessa equação (LORDE, 2020).

Quando pensamos no enfrentamento do racismo e no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, logo nos vêm à mente figuras como W.E.B Du Bois, Phillip Randolph, Martin Luther King e Malcolm X, mas ignoramos as mulheres que tiveram uma importância ímpar na luta contra a discriminação racial e também contra o sexismo. Além de Rosa Parks, não podemos esquecer de Angela Davis, que antes do conceito de interseccionalidade ser cunhado já discutia como as opressões de gênero, raça e classe estão interligadas e afetam o sujeito de maneiras diferentes; bell hooks, que trouxe para os estudos feministas a perspectiva da mulher negra e de como ela é percebida pela sociedade; Patricia Hill Collins, com o estudo do conceito de “imagens de controle” impostas às mulheres negras; Audre Lorde, que nos mostra que, mesmo que as opressões se entrecruzem, não existe hierarquia de opressão. Além delas, temos suas predecessoras que abriram caminho na luta por igualdade de direitos, como Harriet Tubman, Sojourner Truth, Ida Wells e Daisy Bates, alguns exemplos de mulheres que empenharam-se por um mundo, no qual a cor e o gênero não determinassem o destino do indivíduo.

A mulher negra do século XIX era uma mulher de ação. O sofrimento dela, a dureza do destino dela, em um mundo racista e sexista, e sua preocupação com a condição difícil das outras a motivaram a se juntar à luta feminista. Ela não permitiu que o racismo das defensoras brancas dos direitos das mulheres ou o sexismo dos homens negros impedisse seu envolvimento político. Ela não contou com grupo nenhum para proporcionar a ela um plano de mudança. Ela era uma planejadora (HOOKS, 2020, p. 303).

Uma das frases que definiu o objetivo desse período de luta do movimento associativo de mulheres negras foi: “erguer-nos enquanto subimos”, isto é, precisamos alcançar nossos direitos e lutar para que outros também alcancem, e precisamos dar voz às pessoas silenciadas, sejam elas mulheres pobres, racializadas ou outras minorias que não têm suas causas validadas. Como pontua Lorde, não é possível, de fato, ser “livre enquanto outras mulheres forem prisioneiras, mesmo que as correntes delas sejam diferentes das minhas”⁶. Não existe luta pela igualdade de gênero sem pensar classe social: mulheres pobres da classe trabalhadora recebem salários baixíssimos em empregos que as exploram e, muitas das vezes, elas são a principal fonte de renda de suas famílias, além de exercerem uma dupla jornada de trabalho, visto que são elas que cuidam dos serviços domésticos e da criação dos filhos. A opressão de classe não atinge apenas mulheres racializadas, mas também mulheres brancas pobres, imigrantes e outras minorias. Mesmo exercendo a mesma função, as mulheres sempre

⁶ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/mesmo-que-as-correntes-sejam-diferentes-somos-todas-prisioneiras/>>. Acesso em: 20 mar. 2022. Eu sugiro referência no lugar referências uma nota explicativa da importância da pessoa citada.

ganharam menos do que os homens, ainda que a luta feminista tenha diminuído essas disparidades, não as exterminou completamente.

São essas mulheres pobres e da classe trabalhadora que não conseguem acesso a uma educação de qualidade, à moradia, e nem a um sistema de saúde que as assista. Elas estão na base da pirâmide sem perspectiva alguma de ascensão social, e se olharmos de forma mais minuciosa, essa base é composta, na sua grande maioria, por mulheres racializadas; e, em contrapartida, no topo sempre tivemos o homem branco e rico – logo, não existe uma maneira de se pensar no feminismo e nos direitos das mulheres sem a análise conjunta desses fatores. Nos atentamos somente para a questão do racismo ou apenas à de gênero, separadamente, ignoraremos a intersecção entre elas e não poderemos pensar, de fato, em soluções para acabarmos com essa opressão estrutural, porque, assim como já observado por Audre Lorde, não existe uma hierarquia de opressão, uma vez que ambas se atravessam e se relacionam diretamente.

O feminismo negro já entendia que era inviável proporcionar a emancipação da mulher negra se racismo e sexismo fossem considerados separadamente; por isso, era necessário examinar também a questão de classe. As mulheres negras não seriam realmente livres se também não tivessem independência financeira e oportunidades de ascensão social. Para esse objetivo, reconhecer as diferentes opressões às quais esse sujeito estava submetido seria a única maneira possível de mudar a sua realidade.

Nos Estados Unidos, a experiência de mulheres negras mostrava o quanto elas se diferenciavam de outras mulheres. Em seu célebre discurso, “Eu não sou uma mulher” (1851), Sojourner Truth já apontava que o racismo atravessa mulheres negras tornando suas demandas completamente distintas das que não sofrem esse tipo de opressão; raça e gênero são relações de poder que subjagam esse indivíduo e afetam todos os aspectos de seu convívio social, porém outros marcadores podem se sobrepor a eles, como classe, orientação sexual, origem, nacionalidade, etnia, religião. Com o crescente número de pensadoras feministas negras na academia, a produção de ideias que abordavam as diferentes opressões e relações de poder às quais mulheres racializadas eram submetidas foram tendo uma maior visibilidade. Foi, então, que Kimberlé Crenshaw cunhou o conceito de interseccionalidade, organizado de forma acadêmica como ferramenta de análise que buscava entender como as diversas opressões se interrelacionam. Apesar de o termo ser de autoria de Crenshaw, essa interseção de opressões já era discutida por feminista negra como Angela Davis, no seu livro *Mulheres, raça e classe* (1981).

As relações de poder que envolvem esses marcadores atuam sobre os sujeitos de maneira particular, e não existe um somatório de opressões ou uma hierarquia, pois cada sujeito será afetado de maneira diferenciada, fazendo-se necessário levar em consideração as experiências individuais. Por meio da interseccionalidade, é possível realizar uma investigação analítica, crítica e prática, entendendo como esses indicadores de diferenças operam na sociedade e, dessa forma, propor mudanças sociais, construindo diálogo com outros grupos que também são vítimas de opressões, permitindo ver de forma mais minuciosa os fatores que compõem essas singularidades.

Raça e gênero são os marcadores mais visíveis na nossa sociedade, no entanto, existem outros que também produzem formas de opressões e de desigualdades. A interseccionalidade nos permite perceber que raça, gênero e classe são processos interligados pelo sistema de opressão. Apesar de serem processos distintos, eles podem se cruzar, criando intersecções em diferentes eixos, e o recorte de problemas concretos que atingem as minorias nos possibilita buscar soluções reais para os problemas enfrentados por elas.

A importância de se pensar em soluções para aqueles que estão às margens, acaba reverberando em melhorias para todos os outros grupos que compõem a sociedade, no entanto, se nos limitamos a pensar em quem está no centro, raramente conseguiremos atingir quem está nas margens.

1.1 Feminismo negro no Brasil

No Brasil, o movimento feminista negro politicamente organizado teve início na década de oitenta com o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado no Rio de Janeiro em 1988, cujo objetivo era denunciar as desigualdades sociais e raciais que assolavam o povo negro, em específico a mulher negra. O ano do primeiro encontro coincidiu com o centenário de abolição da escravidão e, apesar de ter se passado um século, ainda não era possível afirmarmos que de fato erámos um povo liberto; a escravidão no país simplesmente assumiu um formato distinto, uma vez que a população negra continuava às margens da sociedade brasileira, sem nenhum tipo de auxílio e oportunidade de ascensão social, completamente relegada e entregue à própria sorte.

Desde a década de setenta, mulheres negras já vinham se organizando de forma conjunta, pois percebiam que somente desta maneira seria possível traçar estratégias

específicas para o tipo de opressão que viviam. Elas sempre formaram a base tanto do movimento negro quanto do movimento feminista, entretanto, em ambos seus pleitos não eram devidamente considerados e frequentemente eram vistos como secundários e menos importantes: no primeiro, a questão de gênero não era debatida; no segundo, a questão de raça era ignorada. No século XIX, quando o feminismo surgiu como movimento político organizado, a questão de raça não era incluída: considerava-se que ela desvirtuaria a causa principal, o combate a opressão de gênero; no Brasil, mais de um século depois, o discurso ainda continuava o mesmo por parte de muitas ativistas, e as demandas e pautas das mulheres racializadas eram postergadas e raramente discutidas. Por essas razões, mulheres negras decidiram formar um coletivo que realmente atentasse para suas particularidades e que tivesse estratégias reais para enfrentar as opressões e desigualdades sociais, pois suas vivências não eram consideradas por nenhum movimento social; assim, compreenderam que, se não agissem por si, nenhum outro grupo iria tomar a iniciativa para mudar a sua condição na sociedade.

Vale ressaltar que a luta por uma sociedade justa e igualitária atravessa séculos, e que desde o período da escravidão temos mulheres engajadas pela liberdade do povo negro que não se calam diante das injustiças e das atrocidades às quais as “pessoas de cor” eram sujeitadas. E, embora a história canônica tenha tentado invisibilizá-las apagando seu passado e seus feitos, elas tiveram um papel extremamente importante na mudança de paradigmas e das estruturas sociais.

Um exemplo dessa omissão é a independência do Brasil, sobre o qual aprendemos que proclamada por D. Pedro I, às margens do Rio Ipiranga; no entanto, esse processo não se deu de forma pacífica como é retratado em gravuras. Ademais, não aprendemos que desse relato histórico fazem parte verdadeiros heróis e heroínas que a história simplesmente renegou, dentre os quais podemos citar Maria Felipa de Oliveira, mulher que lutou bravamente pela independência da Bahia.

Maria Felipa era uma ex-escravizada alforriada, descendente de sudaneses, pescadora, marisqueira e capoeirista que vivia na Ilha de Itaparica, juntamente com outros negros alforriados e indígenas. Em 1823, a ilha sofreu um ataque por parte de tropas portuguesas que buscavam invadir as províncias brasileiras e, com isso, impedir o processo de independência do Brasil; todavia, Felipa não se intimidou diante das esquadras portuguesas, e liderou um exército composto por mais de 200 pessoas, entre elas mulheres negras e indígenas que, com um armamento rudimentar e com técnicas pouco comuns :por exemplo, foram capazes dar uma surra nos soldados com galhos de cansaço – uma planta que provocava queimadura e

coceiras –Por meio de sua liderança e estratégias, quarenta embarcações portuguesas foram incendiadas e a ilha de Itaparica não foi tomada.⁷

Outra heroína que lutou, não com armas, mas por meio de palavras, foi Maria Firmina dos Reis, que em 1860 publicou o seu primeiro livro, *Úrsula*, um romance no qual se percebem ideias abolicionistas. A obra traz personagens negros escravizados como sujeitos humanizados que contam a sua própria história, falando da diáspora africana, descrevendo os horrores da escravidão e o tratamento desumano que recebiam.

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 71)

Em sua obra, pessoas negras são retratadas com sentimentos, com qualidades e virtudes, elas são protagonistas e possuem um lugar, a partir do qual falam sobre sua própria perspectiva; descrevem como foram arrancados de sua terra, explorados, escravizados e desumanizados. Firmina conhecia bem os horrores da escravidão: neta de ex-escravizados e filha de mãe alforriada e de pai branco, foi uma mulher preta e pobre que conseguiu ter acesso a uma educação de qualidade, um feito raro para sociedade da época, principalmente porque mulheres e negros tinham grandes restrições para obter uma educação formal.

Por meio da literatura, a escritora buscou dar visibilidade a um assunto que poucos tinham coragem de falar, assumindo uma atitude ousada para uma mulher negra, em uma sociedade extremamente machista e racista. Firmina usou de personagens ficcionais para dar voz a personagens reais que eram oprimidos e silenciados. Além de ter sido a primeira escritora negra da literatura brasileira que tangenciou temas abolicionistas, Maria Firmina foi professora concursada e criou a primeira escola mista, na qual meninos e meninas tinham a mesma grade curricular, contribuindo para uma educação igualitária em uma época na qual a educação de mulheres era vista como algo irrelevante.

⁷ Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62353785>>. Acesso em: 21 mar. 2022 Referências deveriam vir na seção das referências.

O posicionamento de uma mulher negra abolicionista na sociedade escravista do século XIX, na qual mulheres não tinham voz, muito menos pessoas negras, mostra a sua indignação não somente em denunciar um sistema cruel e desumano que escravizava unicamente em função da cor, mas também denuncia a opressão sofrida por mulheres nessa sociedade misógina, racista e patriarcal. Seu pioneirismo e seu comprometimento tiveram grande importância no processo de construção de uma sociedade em que a cor da pele e o gênero não seriam mais marcadores de exclusão e subalternidade. Maria Firmina dos Reis foi uma visionária e uma voz feminina negra de resistência.

Essas duas mulheres mencionadas não são retratadas nos livros didáticos, e nem lembradas pela história e, durante séculos, seus nomes e seus feitos se mantiveram por meio da tradição oral, que contou, de geração a geração, a importância dessas figuras como rompedoras de paradigmas. Mulheres que enfrentaram uma sociedade opressiva, que era dominada pelo machismo e pelo racismo. Elas se recusaram a aceitar as limitações impostas pelo sistema e se rebelaram contra as injustiças que enfrentavam, seus anseios por mudanças e por uma sociedade mais justa, foram o que as motivaram a agir e a lutar por seus direitos e a não se calarem diante da opressão, essas mulheres deixaram um legado de empoderamento e resistência, que continua inspirando gerações até os dias de hoje.

A história escrita por homens brancos apagou a história do povo preto: suas experiências e vivências foram relegadas; seus saberes, conhecimentos e suas contribuições para a humanidade foram reduzidas a nada, visto que todo e qualquer conhecimento que não fosse produzido e transmitido por homens brancos do ocidente, especificamente do norte global, não era enxergado como legítimo. Essa não validação de outras formas de epistemologia que não fossem a eurocêntrica, e a hierarquização do saber, por meio do qual alguns eram tidos como inferiores e outros superiores, garantiu um privilégio epistêmico para homens brancos ocidentais. A produção e transmissão do saber hegemônico, visto como única forma portadora de conhecimento e de visão de mundo, ocasionou o apagamento dos saberes e do conhecimento do Outro que não se enquadrasse nesse padrão; esse privilégio contribuiu e ainda contribui para que nós, pessoas pretas, não conheçamos o nosso passado, nossa história e saberes, os nossos heróis e heroínas; a dizimação do povo negro não foi somente de corpos, mas de memórias. Essa morte do saber é o que Sueli Carneiro (2005) definiu como epistemicídio.

Para nós, porém o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção

de inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 96).

A mulher negra não teve sua história, vivências e experiências analisadas e discutidas no meio acadêmico, visto que esse espaço, durante muito tempo, foi um lugar usado para difundir apenas o discurso hegemônico branco e ocidental, e as mulheres que ocupavam a academia era na maioria esmagadora mulheres brancas de classe média. O pacto narcisista da branquitude (BENTO, 2002) não dividiu seu espaço para outras visões de mundo e outros saberes e conhecimentos, sobretudo, dos povos que foram inferiorizados, oprimidos e subjugados por eles.

Como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação de conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias de pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses. Consequentemente, as experiências das mulheres negra estadunidenses e de todas as afrodescendentes, foram sistematicamente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento (COLLINS, 2019, p. 401).

Historicamente, a mulher negra parte de um lugar de subalternidade e de exclusão que lhe foi imposto e nunca foi questionado, nem combatido pelos discursos hegemônicos. Não lhe foi permitido ser sujeito do seu próprio discurso, nem lhe foi dado um espaço político; assim, enegrecer o feminismo era uma maneira de exigir que suas vivências fossem visibilizadas e que tivessem um lugar para debater suas experiências, tornando-se, assim, um sujeito político autônomo, pois a visão universalista e eurocêntrica da categoria mulher não englobou a complexidade e a totalidade do sujeito feminino, e isso acabou excluindo outras mulheres, visto que diferentes formas de opressões não foram consideradas. Como bem enfatiza Lélia Gonzalez (1988), a primeira opressão da qual a mulher negra toma consciência é a de raça, porque a atinge antes mesmo que ela se entenda como mulher, atravessando-a a partir do momento em que descobre que faz parte de um mundo no qual a cor da sua pele determina que tipo de tratamento irá receber e qual lugar lhe será imposto. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, o legado da escravidão colocou pessoas negras em condições completamente desfavoráveis e não lhe foram concedidas oportunidades que permitissem romper com o sistema estrutural que as mantém constantemente em um lugar de subalternidade, vítimas de um racismo institucionalizado e estrutural.

Gonzalez foi uma das precursoras do feminismo negro no Brasil e ousou questionar o feminismo branco eurocêntrico e elitista que não a representava e nem se interessava pelos problemas que oprimiam e subjogavam a mulher preta na sociedade brasileira. Por criticar o feminismo e suas pautas excludentes, foi vista pelo movimento como uma causadora de caos:

No interior do movimento, havia um discurso estabelecido em relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando (BARRETO, 2005, p. 8).

O movimento de mulheres negras buscou partir de uma realidade que nunca foi vista e nem contemplada pelo feminismo hegemônico: mulheres brancas sempre tiveram privilégios que mulheres negras nunca detiveram, a branquidão por si só é um padrão de beleza que demonstra esse privilégio. Meninas brancas sempre se viram em todo o tipo de referencial de beleza: seja na televisão, em jornais, revistas, propagandas, elas são a “norma” e, quando pensamos em mulher, já imaginamos, mesmo que de forma involuntária, a sua cor. Essa construção social e internalização/disseminação de um único fenótipo de mulher invisibiliza outras que não se enquadram nesse perfil, e esse privilégio é reforçado de forma violenta, produzindo e reproduzindo várias opressões às mulheres racializadas, que são vistas como um corpo abjeto, desumanizado e fora de qualquer ideal de feminilidade e de beleza. Essa discriminação racial ultrapassa a questão de gênero, e isto torna essas mulheres uma parcela extremamente desvalorizada na sociedade.

A exploração é tanto servil quanto sexual e a estigmatização do corpo da mulher negra a torna não só um objeto destinado ao trabalho, mas também um objeto sexual. Essa objetificação foi sendo construída desde o período da escravidão, quando mulheres negras, além de executarem os trabalhos domésticos nas casas dos senhores, eram obrigadas a ter relações sexuais: “Branca para casar, mulata para transar e negra para trabalhar”. Esse ditado popular mostrava a dinâmica da superioridade da mulher branca diante da mulher negra e, enquanto a primeira era pura, virgem e casta, digna de admiração e destinada ao casamento, as outras representavam o sinônimo de luxúria, de uma sexualidade desviante e imoral, somente servindo para sexo e trabalho.

A relação do homem branco com a mulher preta no período da escravidão foi moldada à base de violência, principalmente física: ela era um corpo usado apenas para satisfazer desejos e procriar, nunca digna de afeto e respeito, e essa ausência de afetividade se

reflete no processo de denegação do corpo negro que não é merecedor de nenhuma consideração, somente digno de agressão, tanto física quanto emocional. A “mulata” é quem iniciava sexualmente os homens brancos, todavia, vale ressaltar que esse sexo não era uma relação consensual, na grande maioria das vezes existia uma dominação do homem branco sobre essa mulher, e uma hierarquia de poder que não permitia a recusa por parte dela. Essa dinâmica de relação ainda está presente nos dias de hoje: muitos homens preferem se aventurar sexualmente com mulheres negras, pois, no imaginário deles, elas são mais “quentes”, libertinas e sexualmente mais ativas. No entanto, quando decidem ser relacionar amorosamente, é com as mulheres brancas que esses homens casam e constituem famílias, de modo que a mulher negra é tratada como um mero objeto de satisfação sexual.

Lélia Gonzalez mostrou que a mulata é um dos estereótipos de gênero que também estão ligados à raça, o que leva à dupla opressão de mulheres negras, e as representações negativas desse sujeito na sociedade brasileira são decorrentes da articulação entre o racismo e sexismo. O termo mulata foi historicamente usado para se referir a mulheres negras de pele mais clara, fruto da miscigenação entre branco e preto, todavia, o uso da palavra vem sendo questionada por movimentos negros que o consideram uma forma pejorativa de se referir a pessoas mestiças, visto que sua etimologia remeteria a *mulus* do latim, animal gerado do cruzamento do cavalo com burra ou de égua com um asno, uma mistura de duas raças diferentes e que gera uma raça inferior e não pura. Entretanto, é importante destacar que existem algumas divergências sobre o assunto “alguns estudos apontam como étimo do vocábulo o latim *mullo, as, avi, atum, are*, “coser”, “unir costurando”. (LOPES, 2011, p. 970). Apesar do termo oscilar entre o pejorativo e o “elogio” ao “promover” negras bonitas ao status de mulata, ele não só objetifica, como também procura apagar a negritude:

diante da impossibilidade de que os homens brancos assumissem uma relação com uma mulher negra – carregada de categorias negativas por conta da escravidão, foi necessário “criar” uma figura que estivesse livre da discriminação racial, com características destacadamente lascivas, que ocupou um novo papel social em relação às negras exploradas. A mulata representa, portanto, a negação da mulher negra e sua “criação” surge do preconceito e do machismo da sociedade da época. (SILVA, 2018, p. 79).

Se a mulata tem o seu corpo tido como público, hipersexualizado, objetificado e desvalorizado, como ser humano e como mulher, a doméstica representa esse caráter subserviente ainda imposto, uma figura do cotidiano presente nas casas brasileiras carregada de traços escravistas, a “negra para trabalhar”. É a doméstica que diariamente enfrenta uma dura rotina com os serviços domésticos, não apenas limpando e cozinhando, além disso,

algumas vezes, educando os filhos da patroa, deixando sua família e casa para cuidar da família e da casa de outros, não tendo o devido reconhecimento da sociedade, sendo constantemente desvalorizada e mal remunerada, em um país que considera sua profissão inferior e lhe nega os devidos direitos. A mulher que brilha e recebe toda atenção no carnaval é a mesma que é invisibilizada no dia a dia, é ela que ocupa a passarela, mas também os elevadores de serviço e os minúsculos “quartinhos de empregada”. A mulata e a doméstica representam a dupla servidão desse sujeito: a sexual e a servil, reverberados desde a época da escravidão até os dias de hoje, logo, podemos atestar que seu lugar na sociedade não mudou.

O mito da democracia racial foi o responsável pela constante subalternização dos corpos negros, em particular da mulher negra. Alegar que no Brasil não existe racismo, porque somos uma nação miscigenada formada pela junção de indígenas, negros e brancos e que todos somos brasileiros sem qualquer tipo de distinção e que nos são proporcionados de forma igual direitos e oportunidades, pois todos são iguais perante a lei só corrobora esse mito. É corrente a ideia de que basta apenas o indivíduo se esforçar, trabalhar, persistir e nunca desistir, para conquistar tudo que almeja, afinal, a meritocracia existe para laurear essas pessoas; no entanto, que tipo de meritocracia é essa, se uns precisam fazer três vezes mais do que outros para conseguirem a mesma coisa? Em uma sociedade extremamente desigual como a nossa, a corrida para alguns não parte do mesmo lugar, mas se espera que todos concluam uma corrida para a qual nem lhe deram condições de competir de maneira equânime.

A miscigenação é falaciosa e romantizada, porque ela não ocorreu de uma forma harmoniosa, mas começou com a violação tanto de mulheres negras escravizadas quanto de mulheres indígenas. Acreditar que essa mistura se deu de uma forma natural, por meio de relacionamentos interracialis, é utópico, “na verdade o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava” (GONZALEZ, 2020, p. 202). A miscigenação do povo brasileiro só era aceita se ela “melhorasse” a raça, ou seja, se isso servisse para branquear a população, porém, o resultado foi uma nação cada vez mais racializada. O governo, então, decidiu intervir adotando uma política de eugenia que facilitava a entrada de imigrantes europeus para que o país se tornasse uma nação racialmente branca e gozasse de uma cultura europeia.

Aqui aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a

essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam. (CARNEIRO, 2011, p. 64).

O processo de miscigenação não tinha como objetivo apenas o branqueamento do Brasil, mas o apagamento total do povo negro, da sua cultura e de todo o histórico da escravidão que estava relacionado a ele. Como o branqueamento da população não aconteceu, a miscigenação começou a ser utilizada para alegar que éramos uma nação com democracia racial e livre de qualquer tipo de preconceito, e que convivíamos muito bem com as nossas diferenças. Falar sobre racismo no país era visto como causador da quebra da harmonia que existia entre todas as raças, a preocupação principal era não parecer racista – e não ser, paradoxalmente, antirracista.

Assim negros, são cidadãos como quaisquer outros e, como tais, não estão sujeitos a preconceitos ou discriminação. As imagens do Carnaval e futebol brasileiros são largamente utilizadas (especialmente no exterior) como “provas concretas” da “harmonia racial” brasileira. O que predomina na “democracia racial” brasileira é o preconceito de não ter preconceito (GONZALEZ, 2020, p. 168).

Em um país no qual boa parte da população é de pretos e pardos, não vemos esses corpos detendo o poder e ocupando cargos de lideranças nas grandes instituições e na política. A sociedade se acostumou a ver o extermínio de corpos negros, vítimas de uma política de Estado genocida; acostumou-se a vê-los ocupando cargos subalternos, compondo grande parte da população carcerária do país, em condições de vida precária e de miséria, e a sociedade nunca parou para se questionar que tipo de democracia racial é essa que perpetua o povo negro sempre na base da pirâmide, em um lugar de exclusão, não lhe dando acesso a uma verdadeira ascensão social. A mulher preta, além de também ser vítima de todo esse racismo estrutural – negado pela democracia racial –, ainda é vítima do sexismo e de um sistema patriarcal, branco, que a mantém constantemente silenciada e invisibilizada como mulher.

O artigo 5º da Constituição do Brasil, promulgada em 1988, assegura-nos que todos são iguais perante a lei em direitos e deveres, e que ninguém deve ser tratado de maneira diferente em função da cor, raça, sexo, religião, sem distinção de qualquer natureza. Entretanto, o que podemos comprovar é a presença de discriminação e de preconceito e enormes desigualdades sociais que atingem especificamente o povo negro. Em 1990, o Brasil reconheceu, perante Organização Internacional do Trabalho (OIT), a existência do racismo e da discriminação fundamentados em estatísticas e em estudos que comprovam que a mulher negra é vítima das desigualdades que estão associadas conjuntamente ao gênero e à raça.

[...] as múltiplas formas de exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas, em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida [...] (CARNEIRO, 2010, p. 210).

Ainda que as feministas “progressistas” supusessem que ao abordarem a pauta da desigualdade de classe estariam resolvendo o problema de mulheres pobres e de mulheres negras, — visto que a desigualdade social atinge a ambas — elas continuavam sem trazer a questão racial à discussão. Desta forma, o movimento era incapaz de perceber o quanto a raça é um marcador de desigualdade; que também impossibilita a ascensão social por parte de mulheres negras, e que o racismo estrutural impede que elas cheguem no mesmo lugar que suas companheiras brancas chegam. Apesar do gênero nos unir, a raça ainda nos diferencia, e a branquitude ainda é um marcador de privilégio, quer pessoas brancas reconheçam ou não.

Em *O segundo sexo*, Beauvoir diz: “se a ‘questão feminina’ é tão absurda é porque a arrogância masculina fez dela uma ‘querela’, e quando as pessoas querelam não raciocinam bem”. E eu atualizo isso para a questão das mulheres negras: se a questão das mulheres negras é tão absurda é porque a arrogância do feminismo branco fez dela uma querela, e quando as pessoas querelam não raciocinam bem (RIBEIRO, 2018, p. 53).

O que o movimento de mulheres negras se esforçou para demonstrar é que alcançar a igualdade para todas só seria possível se atentássemos de forma minuciosa para as suas particularidades; mulheres brancas e negras no Brasil nunca estiveram na mesma posição — por mais que tenham sofrido opressões de gênero, — o tratamento dado a ambas foi e continua sendo completamente distinto. Existe um abismo gerado pela cor, e o legado deixado pela escravidão insiste em colocar pessoas negras como cidadãos de segunda categoria. O preconceito racial mantém-se arraigado na sociedade brasileira e determina toda a dinâmica de dominação de pessoas brancas sobre pretas, em um sistema que mantém um ciclo vicioso no qual, há mais de um século, não foi nos dada nenhuma condição de revertermos tamanha desigualdade, sobretudo a racial.

Ainda são as mulheres pretas que deixam os próprios filhos em casa para cuidar da casa e da família da patroa branca, quando esta quer trabalhar fora e ter independência financeira — independência à custa da perpetuação servil da mulher preta, que exerce os serviços domésticos com longas horas de trabalho semanal, algumas das vezes passando a semana inteira e dormindo no próprio serviço e com raríssimas folgas, abdicando de suas vidas e do convívio social para se dedicarem exclusivamente ao trabalho doméstico. Elas são “praticamente da família”, um discurso que tenta ser “afetivo e íntimo”, porém esconde uma

relação enraizada de preconceitos e estigmatizações que espelha muito da Casa Grande; ainda tentam manter o povo preto no lugar de subalternidade. A senzala hoje é o “quartinho de empregada”, uma forma contemporânea de escravidão, aparentemente menos cruel, e, por isso, a reivindicação dos nossos direitos agora é vista até mesmo como uma afronta: “vocês já têm muitos direitos, tem moradia, comida, e ainda querem mais”.

Apesar da lei áurea ter sido assinada, ela não trouxe nenhum tipo de reparação ou de meios para compensar os séculos de exploração. Em nosso país, a empregada doméstica ainda precisa ser emancipada; isso porque se normalizou que gerações de mulheres negras sigam trabalhando no serviço doméstico na casa de uma mesma família branca perpetuando um ciclo que não permite nenhuma ascensão social, nem educacional, pois, não existe a ruptura dessa situação de pobreza e nem acesso a oportunidades para uma mudança desse círculo vicioso. Como não questionar e nem se indignar com o fato de mulheres racializadas continuarem invisibilizadas e subalternizadas, sem acesso a políticas públicas que lhes ofereçam condições de reverter a situação de completa desigualdade social à qual estão sujeitas? Como afirmou Lélia Gonzalez, “a discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão” (GONZALEZ, 2020, p. 160). Como resultado, essas mulheres são frequentemente relegadas a posições de baixa remuneração e sem proteção social, enfrentando condições de vida precárias.

O trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico (CARNEIRO, 2011, p. 128).

O Brasil é o país com o maior número de empregados domésticos do mundo, e esse número tem gênero e cor: mulheres pretas com baixa escolaridade – algumas começam a trabalhar ainda menores de idade, pois o trabalho é a única forma de sobrevivência. A pouca escolaridade e o ínfimo acesso à educação faz com que mulheres pretas se sujeitem à informalidade, e isso acontece, principalmente, através do trabalho doméstico; essa amostra da sociedade ocupa os cargos menos qualificados e mal remunerados no mercado de trabalho e, mesmo quando conseguem se qualificar, ainda recebem salários inferiores ao de mulheres brancas, afinal, nunca se enquadram no famoso “perfil” da vaga. A prática de exigir “boa

aparência” opera como um eufemismo para minimizar o racismo estrutural, no entanto, o que isso quer dizer na realidade é: “aqui não contratamos pessoas pretas”.

[...] o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. [...] Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a liberação da mulher branca se tem feito às custas da exploração da mulher negra (BARRETO, 2005, p. 8).

Questionar o papel marginal imposto às mulheres negras dentro da sociedade brasileira é reconhecer que essas mulheres tiveram uma experiência histórica diferenciada que não foi levada em conta, e se faz necessário entender que o racismo tem um impacto de peso sobre as relações de gênero, pois ele determina uma hierarquia em nossa sociedade. Além da desigualdade social que assola milhares de brasileiros, a desigualdade de raça coloca mulheres pretas e mulheres pobres em posições assimétrica, logo as oportunidades concedidas às mulheres pobres brancas ainda são maiores do que as oferecidas às negras, a branquitude usufrui de privilégios que lhes dão acesso a melhores condições de vida e de ascensão social. Para mudarmos essa disparidade social, é fundamental romper com os estigmas imputados, que marginalizam e subalternam o sujeito negro, e isso será possível a partir do momento que a sociedade entenda que a opressão racial subjuga tanto quanto a de gênero e que, se não levarmos isso em consideração, nunca conseguiremos igualdade de direitos.

1.2 Sexismo e racismo: a dupla opressão da mulher negra

O feminismo negro no Brasil, desde o seu surgimento como um movimento político organizado, tem como pauta principal traçar estratégias que combatam a dupla opressão que recai sobre nós mulheres negras – as opressões de raça e de gênero que não foram abordadas pelo feminismo branco das mulheres brasileiras, e que continuaram se embasando na visão eurocêntrica e “universal” da categoria mulher, e que insistiram em considerar que o problema de raça seria resolvido juntamente com o problema de classe. No entanto, até hoje a trajetória de escravidão da mulher negra tem reflexos na condição que ela ocupa na pirâmide social: no topo, temos homens brancos, seguido de mulheres brancas, homens negros e, por último, nós.

Antes mesmo de nos entendermos como mulheres, entendemos como a cor da nossa pele é um marcador de tratamento diferenciado, que atravessa gênero, classe, idade, *status*

social e nível de escolaridade; como bem enfatiza Lélia Gonzalez “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pela racial”. (GONZALEZ, 2020, p. 147).

Desde pequena, recordo-me de quando eu, minha mãe e minhas irmãs, ao entrarmos em uma loja, erámos sempre vigiadas e seguidas pelos seguranças do local. Aquela atitude enfurecia a minha mãe a ponto de algumas vezes sair da loja sem comprar absolutamente nada. Eu sabia que existia algo que me diferenciava de outras pessoas, e por mais bem arrumada que estivéssemos, ainda assim, os olhares dos seguranças se voltavam para a gente. Normalizamos esse tipo de tratamento que é dado a pessoas negras, que para alguns pode ser um “complexo de cor” – ou como falam hoje em dia, “mimimi” – e “a primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural” (GONZALEZ, 2020, p. 78).

O racismo estrutural naturaliza o tratamento dado às pessoas pretas, como o de ser seguido em lojas, porque se pressupõe que negros estão naquele ambiente para furtar, que não possuem condições para comprar, imputam-nos um estigma que nos marginaliza e, por meio desses estigmas, os estereótipos negativos são criados. O fato de uma pessoa branca, independentemente da sua roupa ou da condição social, não ser seguida em uma loja é um privilégio da branquitude que negros não possuem; o racismo cria uma imagem deturpada do outro que, de forma consciente, e até mesmo inconsciente, mostra o seu desprezo por minorias raciais (MOREIRA, 2019).

Outra situação que sempre vivenciei, e ainda vivencio, é quando chego em uma loja e sou confundida com as vendedoras. Mesmo que eu esteja com uma roupa completamente diferente do uniforme usado por funcionárias, ou estando super bem-vestida, ainda assim, sou confundida; as pessoas não se dão nem ao trabalho de perguntar: “você trabalha aqui?”, ao invés disso elas já me interrogam com: “você sabe onde está aquele produto?”. Quero deixar claro que não tenho nenhum problema com o trabalho de vendedor, e que a questão não é essa, mas sim o que a recorrência sistemática desse equívoco sugere, o simples fato de ser uma mulher preta faz com que pessoas brancas pressuponham que eu esteja lá para servi-las, situação que o racismo estrutural normaliza por conta do lugar de subalterno imposto ao negro, relegando-o a ocupar espaços de servidão.

Atualmente sou funcionária concursada de uma empresa estatal, houve um momento em que fui convidada a representar a companhia em um projeto para criação de um novo produto, em um evento sediado em uma universidade particular bastante conceituada e localizada em um bairro classe média alta. Ao chegar a universidade me dirigi à portaria para saber onde ficava a sala que eu estava procurando, e antes mesmo que eu pudesse concluir a

frase, o vigia me perguntou se eu estava ali para ver coisas de “gente de comunidade”. Ele imediatamente concluiu que uma mulher preta, naquele espaço, só poderia ser pobre e de comunidade. Por segundos, eu fiquei ali parada, sem saber o que dizer; depois comecei a analisar as minhas roupas, me enfureci, porém não deixei transparecer a minha raiva, mesmo sabendo que se eu fosse uma mulher branca, ele não iria pressupor que ela era de comunidade. Eu engoli em seco já que, mais uma vez, o racismo velado que nos atravessa diariamente me expunha a esse tipo de situação, então, apenas respondi que não estava ali para isso.

Ao chegar ao lugar que procurava, deparei-me com uma sala cheia de pessoas brancas, e senti tristeza e solidão por não ver nenhum rosto preto, por não ver os meus ocupando aquele espaço. Contudo, ao mesmo tempo, também tive orgulho de mim mesma: uma mulher preta em uma posição relevante que não estava ali para servir e sim para transmitir meus conhecimentos.

Aos poucos, o racismo dissimulado que enfrentamos mina a nossa autoestima e a nossa saúde mental, colocamos em xeque, em muitas das vezes, a nossa capacidade. Isso porque o discurso branco hegemônico cria uma superioridade racial que é culturalmente construída, e que outorga às pessoas brancas os lugares de referência estética, intelectual, moral, cultural e de riqueza. Esse privilégio da branquitude faz com que negros sejam vistos como sujeitos de segunda categoria, inferiores, não detendo nenhuma qualidade, nem ao menos poder, já que são colocados às margens da sociedade.

Com o tempo, aprendi a fazer um teste social em todos os lugares que eu vou: olho ao redor e procuro ver quais espaços são ocupados por pessoas pretas; em um restaurante, elas estão sendo servidas ou servindo? Em uma loja estão comprando ou atendendo? Nas empresas elas são líderes ou liderados? Quem é a “tia da limpeza”? Quem é o gari que varre a rua? Será que nunca, questionamos o porquê de pessoas pretas ocuparem os espaços que ocupam? E nem “como as instituições públicas e privada operam para reproduzir privilégios raciais, pessoas socialmente classificadas como brancas possuem acesso privilegiado ou exclusivo a diversas oportunidades” (MOREIRA, 2019, p. 56)? Não ocupamos a subalternidade porque queremos ou somos incapazes, simplesmente somos empurrados para esse lugar, sem que ao menos nos oferecerem condições para romper essa situação que se perdura há séculos.

Precisamos desnaturalizar o espaço de servidão que nos é imposto, e contestar o papel de marginalizado, contudo, isso não é algo que apenas nós, negros, devemos fazer, essa indagação também é um dever moral dos brancos, porque são eles que criaram o discurso de superioridade e são eles que precisam desconstruir esse discurso, é a branquitude que deve traçar políticas sociais para reparar as consequências de quase quatrocentos anos de

escravidão, dos quais ela foi e ainda é a única beneficiada. Os negros construíram a fortuna do país, e não receberam nenhum mérito por isso, ser antirracista não é apenas ter um discurso contra o racismo, mas é estar disposto a questionar o lugar de privilégio que se ocupa, e não se conformar em ver negros em espaços subalternos, além de entender que, em diversas esferas sociais, o racismo só beneficia o grupo dominante. A branquitude permite que brancos tenham as portas abertas sem ao menos terem a sua capacidade colocada em xeque, mas como diz Bia Ferreira “se as portas não nos são abertas, iremos arrombar, não aceitaremos mais ficar do lado de fora”, não aceitaremos mais sermos invisibilizados e reduzidos a sujeitos de segunda categoria.

2 BIA FERREIRA E O FEMINISMO NEGRO

Bia Ferreira nasceu em Minas Gerais, em 1993, e por ser filha de pais evangélicos, teve seu primeiro contato com a música dentro da igreja, cantando no coral. Aos três anos começou a estudar piano; na adolescência se mudou com a família para Sergipe e, anos mais tarde ingressou no Conservatório Brasileiro de Música. Em 2009, iniciou a carreira musical se apresentando em *slams* e saraus nos quais mostrava suas rimas com discursos inflamados que buscavam a conscientização por intermédio da arte. Anos depois criou um projeto itinerante chamado “Música ambulante” com o qual viajava pelo Brasil por meio de caronas com caminhoneiros e tencionava educar as pessoas sobre o feminismo e o movimento antirracista, usando a música como uma ferramenta para aprendizado de temáticas sociais. No entanto, foi apenas em 2018 que ganhou visibilidade da mídia, com a canção “Cota não é esmola”, música que teve mais de 12 milhões de visualizações no *Youtube* e abordava a importância de ações afirmativas para a diminuição das desigualdades sociais. Em 2021, a mesma canção entrou como leitura obrigatória do vestibular de uma das mais importantes universidades públicas do país, a Universidade de Brasília (UNB).

Em suas composições, a cantora discorre sobre questões raciais e sociais, utilizando um discurso simples e didático que ensina e conscientiza pessoas pretas, pobres e periféricas sobre os tipos de opressões aos quais estão sujeitas. Por isso, a sua música busca simplificar, sem recair na superficialidade, os ensinamentos e as teorias acadêmicas que Bia aprendeu nos livros, os quais são transmitidos através da arte. Logo, a função da arte nesse contexto é atuar como uma forma democrática para que todos tenham acesso ao saber, porque ele nos liberta das teorias hegemônicas, que não levam em consideração a realidade daqueles que vivem às margens. Segundo Ferreira, o “academiquês”, o discurso acadêmico da elite branca intelectual, dificulta que pessoas com pouca oportunidade a uma educação de qualidade entendam conceitos que estruturam as relações de poder que as mantêm oprimidas.

[...] “quando a tia faxineira que varre a rua conseguir entender “*De dentro do Ap*” aí meu trabalho foi feito, porque é para essa pessoa que eu estou cantando, eu estou cantando para o cobrador do ônibus, para ele entender o lugar social dele. Quando as pessoas que são a base da pirâmide entenderem o lugar social delas, a gente vai movimentar essa pirâmide, e quando a gente mexer nessas estruturas, alguma coisa acontece”.⁸ Referência?

⁸ Programa #elloraela. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d3iSkd4EVbs>>. Acesso em: 02 de jun. 2022. Isso deve vir nas referências.

Como artista, Ferreira enxerga a importância que a arte tem para sensibilizar as pessoas e, durante muito tempo, autointitulou-se como “ativista”, pois unindo a arte com o ativismo. No entanto, decidiu rever a forma como era chamada e, atualmente, define-se apenas com uma artista politizada. Esta mudança ocorreu porque muitos achavam que, pelo fato de ser uma “ativista”, Bia não deveria ser remunerada e sim se apresentar de graça, não cobrando nenhum cachê para isso. Além de ter revisto o termo pelo qual prefere ser chamada, Bia classifica a sua música como MMP – Música de Mulher Preta, e suas referências vão desde cantoras como Leci Brandão, Elza Soares e Alcione a intelectuais como Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e Carolina Maria de Jesus, mulheres que deram e dão protagonismo e voz às mulheres pretas.

Por ser uma artista mais contemporânea, Bia concebe em suas letras temas que antes não eram quase expostos, e utiliza a música como uma grande ferramenta didática, e bastante eficaz, para alcançar pessoas de uma forma direta, transmitindo conhecimento e informação.

Os artistas precisam se posicionar, nós temos um papel importantíssimo porque a gente fala com pessoas. “Artivismo” deveria ser uma base para quem quer viver de arte, não tem como você viver de arte se calando diante do que tá acontecendo, porque se você se cala, então o que você faz não é arte, é pão e circo.⁹

O seu primeiro álbum, intitulado *Igreja Lesbiteriana, um chamado*, por exemplo, subverte o termo “igreja presbiteriana”, um espaço que comumente exclui pessoas LGBTQIA+, no qual impera a propagação de discursos preconceituosos e que instigam a LGBTQIA+fobia. Porém, se a igreja tradicional cristã não é esse espaço acolhedor, a Igreja Lesbiteriana – que se tornou não só um título do álbum, mas também um projeto – é um espaço de acolhimento para pessoas pretas, indígenas e LGBTQIA+, ou seja, para corpos estigmatizados, silenciados e invisibilizados pela sociedade.

Suas letras, além de abordarem temas a respeito do racismo e do feminismo negro, garantem espaço para falar de temas como a homofobia e o genocídio do povo preto e também de amor, afinal, “amar em um país onde estão pregando ódio é revolucionário”. Uma mulher preta e lésbica, como Bia Ferreira, ao falar de amor e afeto, transforma o lugar no qual a mulher preta é colocada:

Acho que isso é revolucionário nesse país. O afeto é subestimado, é colocado como fragilidade. Nós não somos ensinados a amar e usar o amor como um ato

⁹ “Deixa que eu conto a minha história”, reivindica Bia Ferreira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fftTK2TedmQ&t=18s>> Acesso em: 02 de jun. 2022.

revolucionário. Precisamos entender o afeto como estratégia de sobrevivência em um país que a cada 23 minutos mata o povo preto e a população LGBTQIA+ ¹⁰

Ferreira é uma artista multifacetada, cantora, compositora, poeta e uma intelectual. Como intelectual, utiliza suas ideias para transgredir e questionar o *status quo*, que nos ajuda a pensar sobre novos caminhos e possibilidades para enxergarmos o mundo ao nosso redor, indo além dos muros da academia, abordando temáticas complexas de maneira objetiva e simples, e promovendo a descolonização do saber e da mente.

De fato quando exercemos um trabalho intelectual insurgente que fala a um público diverso a massas de pessoas de diferentes classes, raça ou formação educacional nos tornamos parte de comunidades de resistência coalizões que não são convencionais. O trabalho intelectual só nos aliena de comunidades negras quando não relacionamos ou dividimos nossas preocupações por miríades de interesses. Essa divisão tem de transcender a palavra escrita já que tantos companheiros negros mal são alfabetizados ou são analfabetos (HOOKS, 1995, p. 476).

O pensamento ocidental, sexista e racista, classifica como intelectuais pessoas brancas, na sua maioria homens do meio acadêmico, enquanto nós, mulheres negras, nunca fomos vistas como corpos detentores do saber, para muitos, somos apenas corpos sem mente, sem nada a oferecer no sentido intelectual, levando à deslegitimação do nosso conhecimento. Pelo fato de sempre termos exercido trabalho braçal, as pessoas julgam que esse é o único trabalho ao qual mulheres pretas estão aptas, no entanto, a intelectualidade negra rompe com esse lugar de servidão e passa a se colocar no mesmo lugar que o branco: o de formador de ideias e de um pensamento crítico.

A ideia de que um intelectual precisa ter educação formal e diploma universitário é, no mínimo, um equívoco. Um intelectual não precisa ser um acadêmico, afinal, nem todo acadêmico é um intelectual, sendo assim, a intelectualidade de Bia Ferreira é exercida através da música e não de livros, o que torna as suas ideias acessíveis ao público ao qual ela direciona o seu discurso: pessoas pretas, pobres e periféricas.

A legitimação apenas de uma intelectualidade branca e eurocêntrica foi responsável pelo epistemicídio de toda uma cultura e um saber negro, mas não somente isso, já que o apagamento da nossa contribuição na história é algo contínuo e faz parte desse processo de dominação do sujeito negro. Como pensar formas diferentes de conhecimento e de visão de mundo se, na academia, continuamos aprendendo sobre conceitos e pensamentos exclusivamente de pessoas brancas?

¹⁰ Disponível em: <<https://rioadentro.blogosfera.uol.com.br/2019/09/20/amar-num-pais-onde-estao-pregando-odio-e-revolucionario-diz-bia-ferreira/>> Acesso em: 02 de jun. 2022. Já comentei sobre as referências.

É importante deixarmos de lado esse olhar colonizado que ainda temos, e que nos leva a buscar conhecimento somente no norte global, isso até mesmo quando pensamos nessa intelectualidade negra, pois não podemos, de maneira alguma, esquecer-nos de que aqui, no Brasil, tivemos, e ainda temos, diversos pensadores negros que sempre questionaram o *status quo*, como Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Clovis Moura, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Eduardo de Oliveira, Jurema Werneck, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Djamila Ribeiro, entre tantos outros e outras intelectuais negros. Faz-se necessário a emancipação do pensamento, desconstruindo essa percepção equivocada de que apenas o colonizador é o detentor do saber.

Pensar em Bia Ferreira como uma intelectual e trazê-la para a academia é uma maneira de resistência a todo esse processo de epistemicídio, é pensar em outras formas de ser e de estar no mundo, é mostrar que existimos, que temos um pensamento crítico, é não aceitar a subalternidade imposta a determinados corpos e mostrar que não precisamos que o outro fale por nós, não seremos mais meros reprodutores de ideias, somos produtores de conhecimento e somos capazes de construir o nosso próprio caminho para a mudança.

Muitas vezes o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades, pode nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento como nos faz sofrer. Andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas e de outras é um processo prazeroso e extático. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas nos põe numa solidariedade e comunidade maiores e enaltece fundamentalmente a vida (HOOKS, 1995, p. 478).

2.1 “Cota não é esmola”

Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Cota não é esmola
 Experimenta nascer preto na favela, pra você ver
 O que rola com preto e pobre não aparece na TV
 Opressão, humilhação, preconceito
 A gente sabe como termina quando começa desse jeito
 Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
 Cuida de criança, limpa a casa, outras coisas mais
 Deu meio-dia, toma banho, vai pra escola a pé
 Não tem dinheiro pro busão
 Sua mãe usou mais cedo pra correr comprar o pão
 E já que ela tá cansada quer carona no busão
 Mas como é preta e pobre, o motorista grita: Não!
 E essa é só a primeira porta que se fecha
 Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
 Chega na escola, outro portão se fecha
 Você demorou, não vai entrar na aula de história
 Espera, senta aí, já dá uma hora
 Espera mais um pouco e entra na segunda aula
 E vê se não se atrasa de novo, a diretora fala
 Chega na sala, agora o sono vai batendo
 E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
 Se a passagem é três e oitenta, e você tem três na mão
 Ela interrompe a professora e diz: Então não vai ter pão
 E os amigos que riem dela todo dia
 Riem mais e a humilham mais, o que você faria?
 Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
 E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
 O tempo foi passando e ela foi crescendo
 Agora lá na rua ela é a preta do suvaco fedorento
 Que alisa o cabelo pra se sentir aceita

Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
 Agora ela cresceu, quer muito estudar
 Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
 E a boca seca, seca, nem um cuspe
 Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
 Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
 Que todos são iguais e que cota é esmola
 Cansada de esmolas e sem o dim da faculdade
 Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimi
 Que isso é vitimi
 Que isso é vitimismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimi
 Que isso é vitimi
 Que isso é vitimismo
 São nações escravizadas
 E culturas assassinadas
 A voz que ecoa no tambor
 Chega junto, e venha cá

Você também pode lutar
 E aprender a respeitar
 Porque o povo preto veio para revolucionar
 Não deixem calar a nossa voz não!
 Não deixem calar a nossa voz não!
 Não deixem calar a nossa voz não!
 Re-vo-lu-ção
 Não deixe calar a nossa voz não!
 Não deixe calar a nossa voz não!
 Re-vo-lu-ção
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 (Peito aberto, espadachim) É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 (Peito aberto, espadachim) É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 Vamo pro canto onde o relógio para
 E no silêncio o coração dispara
 Vamo reinar igual Zumbi e Dandara
 Ô Dara, ô Dara
 Vamo pro canto onde o relógio para
 No silêncio o coração dispara
 Ô Dara, ô Dara
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo hein
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Eu disse, cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Eu disse, cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Cota não é esmola
 São nações escravizadas e culturas assassinadas
 E a voz que ecoa do tambor
 Chega junto e venha cá você também pode lutar
 Porque o povo preto veio revolucionar
 Cota não é esmola (FERREIRA, 2017a).

No centro do palco, uma cadeira e uma mulher preta sentada, vestida com um turbante e roupas que nos lembram uma ancestralidade africana, com os pés descalços e um olhar fixo em uma plateia, que é formada, em sua grande maioria, por pessoas brancas, todas sentadas no chão, olhando atentamente para aquela figura central. A performance de Bia, por si só, é carregada de um grande simbolismo, uma vez que a apresentação musical, que soma mais de 12 milhões de visualizações no *Youtube*,¹¹ foi realizada em Curitiba, no Paraná, um dos

¹¹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM>>. Acesso em: 2 jun. 2022.

estados com a quarta população mais branca do Brasil e que está no ranking dos estados com o maior número de denúncias de injúria racial e racismo, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹². É exatamente nesse lugar que a cantora se utiliza do palco para desconstruir pensamentos racistas que estão tão arraigados na sociedade.

Bia canta e conta a história de mais uma menina preta, pobre e de comunidade que enfrenta várias barreiras e que, desde muito pequena, precisa encarar uma jornada desgastante, seja cuidando de crianças, da casa, trabalhando para ajudar a família, e, apesar de se deparar com todas as dificuldades, ainda se esforça para continuar estudando, porém, a pobreza e o racismo lhe impõem condições completamente desfavoráveis. Não basta apenas se esforçar, como sugerem os defensores da meritocracia, é necessário fazer três vezes mais do que outros para conseguir o mesmo resultado, afinal, na corrida da vida não são dadas a todos condições de concorrer de forma igualitária: alguns já começam em total desvantagem, pois, além da pobreza, deparam-se com o racismo.

Não tem dinheiro pro busão
 Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
 E já que ela tá cansada quer carona no busão
 Mas como é preta e pobre, o motorista grita: Não! [...]
 E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
 Se a passagem é três e oitenta, e você tem três na mão
 Ela interrompe a professora e diz: Então não vai ter pão
 E os amigos que riem dela todo dia
 Riem mais e a humilham mais, o que você faria? [...]
 O tempo foi passando e ela foi crescendo
 Agora lá na rua ela é a preta do suvaco fedorento
 Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
 Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita [...]
 (FERREIRA,2017b).

O eu lírico busca mostrar para os ouvintes uma realidade que muitos desconhecem por completo, mas se o que acontece com preto e pobre não aparece na televisão irá aparecer ali, evidenciando a opressão, a humilhação e a desigualdade social às quais pessoas negras são sujeitadas diariamente. Além disso, o mito da meritocracia será desconstruído a longo da canção, pois não basta apenas um esforço individual para se conquistar seus objetivos de vida, porque os fatores externos interferem diretamente nesse “mérito” – por exemplo, o acesso à educação de qualidade, à moradia, à segurança, à alimentação, isso é, a condições de vida que sejam favoráveis. Colocar toda a responsabilidade de sucesso única e exclusivamente no

¹² Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Acesso em: 2 jun. 2022. As referências na seção das referências.

indivíduo é mascarar as desigualdades sociais, é exigir que a filha do médico e a menina da periferia cheguem no mesmo lugar, mas, muitas pessoas se esquecem de ver que a linha de partida não é a mesma para elas, não existem as mesmas oportunidades e nem condições semelhantes: “experimenta nascer preto e pobre na comunidade, você vai ver como são diferentes as oportunidades, e nem venha me dizer que isso é vitimismo” (FERREIRA, 2017c).

Um dos processos importantes para assimilarmos e aprendermos qualquer coisa é a repetição e, ao longo da canção, a frase “cota não é esmola” é repetida várias vezes, de maneira que ecoa na mente de quem ouve, e esse recurso é utilizado também ao empregar outras palavras, como “vitimismo” e “revolução”. A repetição de alguns termos em específico tem como objetivo reforçar algumas ideias e desconstruir outras que são completamente equivocadas – como achar que nós, pessoas negras, vitimizamo-nos sem motivo algum. Esse tipo de pensamento denuncia pessoas que vivem na sua própria bolha de preconceito e se recusam a ver uma outra realidade além da sua, e o único termo para definir essa postura é racismo. Será que pessoas brancas aceitariam ser tratadas como pessoas pretas são?

E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimi
 Que isso é vitimi
 Que isso é vitimismo
 (FERREIRA, 2017c).

Faz-se necessário, também, pontuar a utilização do termo “*nigga*”, palavra que surgiu nos EUA como uma maneira pejorativa pela qual pessoas brancas chamavam pessoas pretas e que, ao longo do tempo, acabou sendo bastante utilizada na cultura do *hip hop*, e essa utilização passou a ocorrer como uma maneira de subverter todo o cunho preconceituoso e racista do qual ela era carregada. Aqui no Brasil, podemos exemplificar com termos como “viado” e “sapatão”, empregados pela comunidade LGBTQIA+; ou até mesmo com as palavras “vadia” e “puta”, utilizadas por feministas – foram ressignificadas e dotadas de orgulho, resistência e empoderamento. Vale ressaltar que a utilização dessas palavras por pessoas alheias a essas comunidades, isso é, a comunidade negra, LGBTQI+A e movimento feminista, ainda é visto como uma ofensa, uma vez que o processo de ressignificação pressupõe o uso em contextos específicos.

No ano de 2012, a lei 12.711 instituiu o sistema de cotas no Brasil, estabelecendo que

as instituições federais de ensino superior deveriam reservar uma quantidade de vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas. Tal medida de ação afirmativa visa trazer uma reparação histórica para compensar séculos de escravidão da população negra que, até os dias atuais, gera desigualdades e falta de oportunidades para esses indivíduos. As cotas raciais foram uma reivindicação dos movimentos negros para buscar justiça e equidade entre brancos e pretos, colocando as minorias discriminadas em um patamar de igualdade.

No entanto, existia uma alegação de que o sistema de cotas raciais estava ferindo a constituição, visto que todos são iguais perante a lei, sem nenhum tipo de distinção. Esse argumento levou a um manifesto com assinaturas de 114 signatários, entre artistas, intelectuais, políticos e até mesmo alguns poucos integrantes do movimento negro, que visava barrar tal medida. A alegação por parte desse movimento contrário era que estaríamos causando uma divisão no Brasil, e proporcionando privilégios a determinado grupo. Em um dos trechos do manifesto se afirmava que “se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele e raça”,¹³ porém os direitos no país já eram definidos por tonalidade de cor, e a branquitude sempre foi o único grupo que deteve privilégios.

Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Cota não é esmola [...]
 Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
 Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
 Que todos são iguais e que cota é esmola [...]
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimi
 Que isso é vitimi
 Que isso é vitimismo [...]
 (FERREIRA, 2017d).

O argumento usado pelos opositores às cotas raciais era o mesmo que o movimento feminista vinha usando há tempo, e que consistia em dizer que, se tratássemos os problemas de classe, conseqüentemente, estaríamos tratando a questão racial. Porém, brancos e pretos nunca estiveram no mesmo patamar de pobreza, e as oportunidades concedidas aos primeiros não são as mesmas concedidas aos outros. Essa disparidade é corroborada por estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição de renda no país é completamente desproporcional entre esses dois grupos, a taxa de pretos e pardos

¹² Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contras-cotas-raciais/>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

vivendo na linha da pobreza é de 32,9%, enquanto a de brancos é menos da metade, 15,4 %, e, se analisarmos os dados das últimas décadas, veremos que a situação pouco mudou, a pobreza no Brasil tem cor.

No quesito educação, a taxa de jovens brancos, entre 18 e 24 anos, no ensino superior é de 36,1%, e o percentual de pretos e pardos corresponde a 18,3%. Apesar de o número ter crescido nos últimos anos graças à implementação de políticas afirmativas, a população negra cursando nível superior ainda é menor do que a de brancos, e não é apenas no índice do ensino superior que somos minoria, no ensino básico também.

Em 2014, a lei 12.990 ampliou as cotas também para cargos públicos, reservando 20% das vagas para pessoas pretas e pardas, e configurando-se em mais uma medida para diminuir a desigualdade racial dentro do funcionalismo público. Apesar de pretos e pardos formarem 54% da população brasileira, somos pouco representados em lugares de poder, no legislativo de acordo com o Observatório Equidade, por exemplo, dos 513 deputados federais eleitos na última eleição, apenas 24,3% eram pretos ou pardos, contra os 75% de brancos ocupantes desses cargos. Ademais, se nos atentarmos à questão de gênero e de raça, das 77 deputadas eleitas somente 18 eram pretas ou pardas, um percentual de 23,3%. Como ter políticas públicas voltadas para a população negra se os espaços de poder são majoritariamente brancos?

No sistema judiciário, contamos com 1,4% de magistrados negros, segundo aponta o censo do¹⁴ Conselho Nacional da Justiça (CNJ), logo, a partir desses dados, podemos perceber, que a relação de poder construída no país é assimétrica em função da desigualdade decorrente da cor. Entretanto, o mito da democracia racial não leva em consideração que essa desigualdade é um resquício de quase quatro séculos de escravidão da população negra que, depois da abolição, foi jogada à própria sorte sem nenhum tipo de indenização pelos séculos de trabalho forçado. Desde então, não houve políticas públicas para inserir dignamente esses indivíduos na sociedade, e, mesmo sendo libertos, não tinham emprego, moradia e nem educação, foram literalmente negligenciados, sem nenhum auxílio ou suporte, e essa ausência do governo refletiu diretamente no lugar marginal que hoje a população negra segue ocupando em vários setores da vida pública e privada.

Existe muita coisa que não te disseram na escola
Eu disse, cota não é esmola

¹⁴ Disponível em:< <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/123845142/juizes-negros-sao-1-4-dos-magistrados-aponta-censo-do-cnj> > Acesso em: 20 de jun. 2022. Referência na seção de referência.

Cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Eu disse, cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Cota não é esmola
 Cota não é esmola
 São nações escravizadas e culturas assassinadas
 E a voz que ecoa do tambor [...]
 (FERREIRA, 2017e).

Como afirma Bia Ferreira, “cota não é esmola”, as cotas são um meio de reparar as consequências da escravidão, mesmo que tardiamente, e de garantir que gerações futuras tenham condições mínimas para reverter o lugar de subalterno que lhe foi imposto. Portanto, para termos igualdade, faz-se necessário tratarmos de maneira desigual os diferentes, para que desta forma possamos ter equidade, pois é importante reconhecer que algumas pessoas ou grupos têm desvantagens estruturais que precisam ser superadas com políticas ou medidas específicas que levem em conta essas diferenças, dessa forma teremos oportunidades similares na educação, no mercado de trabalho e em outras áreas, uma vez que nos parece claro que políticas públicas genéricas não irão resolver um problema estrutural específico que é a desigualdade racial. No entanto, a luta antirracista não deve ser somente uma luta de pessoas pretas, pessoas brancas precisam utilizar a sua visibilidade como sujeitos, para dar visibilidade e voz àqueles que são invisibilizados e silenciados, e esse é um compromisso que o eu lírico da canção pede que todos assumam.

Chega junto, e venha cá
 Você também pode lutar
 E aprender a respeitar
 Porque o povo preto veio para revolucionar
 Não deixem calar a nossa voz não!
 Não deixem calar a nossa voz não!
 Não deixem calar a nossa voz não!
 Re-vo-lu-ção
 (FERREIRA, 2017f).

O processo para reverter o tamanho atraso que foi imposto a nós, pessoas pretas, é longo e ele requer um comprometimento, especialmente, de pessoas brancas, porque são elas que possuem os meios e o poder para a realização de mudanças significativas na sociedade, logo, essa é uma obrigação moral da branquitude: levar a sério o compromisso com a luta antirracista. Não basta apenas não ser racista, pois isso não destrói as estruturas que perpetuam o racismo na sociedade, para tal, é imprescindível que a branquitude se proponha a sangrar conosco, sentir as nossas dores e, de fato, colocar-se no lugar de pessoas pretas.

Então, é preciso ir além do reconhecimento dos seus privilégios, faz-se necessário um engajamento diário com a causa já que as mudanças só acontecem com ações.

[...] “o meu som é feito para educar pessoas pretas que não tiveram acesso ao mesmo tipo de informação que eu tive, então você não fica bravo comigo, mas você pessoa branca que está assistindo o show, agradeça muito, porque o show não foi feito para você, mas aproveita que você está aqui. Porque o racismo só existe por causa de vocês, então se vocês se educarem a gente já para de morrer, só que a gente não tem tempo de ficar educando e ainda tentar não morrer [...] (informação verbal)¹⁵.

Ademais, é importante ressaltar que o racismo é um problema que afeta diretamente as vidas das pessoas negras, e que muitas vezes é perpetuado de forma inconsciente por pessoas brancas. Por isso, é fundamental que essas pessoas tomem consciência das vantagens que possuem e aprofundem seu conhecimento sobre a história e cultura das populações negras, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É necessário que a luta contra o racismo seja uma causa coletiva, em que todos os grupos sociais se envolvam de maneira ativa e comprometida.

Sempre que surge a necessidade de alguma espécie de comunicação, aqueles que lucram com a nossa opressão nos chamam para compartilhar com eles nosso conhecimento. Em outras palavras, cabe ao oprimido ensinar ao opressor seus erros [...]. Os opressores mantêm sua posição e fogem da responsabilidade dos seus atos. Existe uma constante drenagem de energia que poderia ser mais bem usada em redefinir a nós mesmos e em criar cenários realistas para modificar o presente e construir o futuro (LORDE, 2020, p. 240).

Além disso, é importante destacar que a comunicação entre opressor e oprimido deve ser pautada pelo respeito e pela empatia. É preciso reconhecer que o oprimido não tem a obrigação de educar o opressor e que essa dinâmica pode ser bastante desgastante. No entanto, quando o diálogo é estabelecido de forma saudável e respeitosa, pode ser uma oportunidade para que os opressores sejam confrontados com suas próprias ações e assumam a responsabilidade por elas. É essencial que esse processo de aprendizado seja conduzido com humildade e disposição para mudança, de forma a criar um ambiente de diálogo produtivo e transformador.

¹⁵ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=psxSY400Pn8> > Acesso em: 26 ago. 2022. Referência no lugar das referências.

2.2 “De dentro do Ap”

De dentro do Ap
 Ar-condicionado, Macbook, você vai dizer
 Que é de esquerda, feminista, defende as mulher [sic]
 Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta
 Sua fala nem condiz com a sua conduta
 Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai
 Pra você vê, não sabe o que é trabalho
 E quer ir lá dizer
 Que entende sobre a luta de classe
 Eu só sugiro que cê se abaixe
 Porque meu é tiro certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
 O papo é reto, eu vou te perguntar
 Cê me responde se cê aguentar, guria
 Quantas vezes você correu atrás de um busão
 Pra não perder a entrevista?
 Chegou lá e ouviu um, “não insista”
 A vaga já foi preenchida, viu
 É que você não se encaixa no nosso perfil”
 Quantas vezes você saiu do seu apartamento
 E chegou no térreo com um prato de alimento
 Pra tia que tava tramando no sinal
 Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome
 Quando foi que cê parou pra perguntar o nome
 E pra falar sobre seu ativismo?
 Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
 Fe-mi-nis-mo?

Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 Deixando pra amanhã
 Há miliano que cês tão queimando sutiã
 Sempre deixando pra amanhã
 E nós, as mulher preta?

Nós só serve pra você mamar na teta
 Ama de leite dos brancos
 Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco [...]
 (FERREIRA, 2018).

“De dentro do Ap”, um título que não foi definido por acaso, delineia um perfil de feminismo e de feminista que é criticado, no qual se encaixam as mulheres que se limitam à sua bolha social e que não saem em campo para ver o que, de fato, acontece fora do seu espaço, pois é dentro das quatro paredes, do conforto de um apartamento, que essas feministas militam.. Ademais, as referências ao *macbook* e ao “carro que ganhou do pai” reforçam o seu poder aquisitivo e a classe social à qual elas pertencem. Enquanto seu

posicionamento de tendência esquerdista e, progressista, fazem com que elas se sintam empoderadas e confiantes, a ponto até denominarem-se “putas”, e usufruírem de uma conduta sexualmente liberal e agirem como donas de seus próprios corpos, essas mesmas mulheres escondem o seu classismo e o seu elitismo, o que as impedem de enxergar a realidade da “tia que está tramando no sinal”, que está tão perto delas, mas, ao mesmo tempo, tão longe, já que elas desconhecem por completo as vivências e dificuldade desse outro perfil de mulheres

Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai
 Pra você vê, não sabe o que é trabalho
 E quer ir lá dizer
 Que entende sobre a luta de classe
 Eu só sugiro que cê se abaixe
 Porque meu tiro é certo e vai chegar direto na sua hipocrisia
 O papo é reto, eu vou te perguntar
 Cê me responde se cê aguentar, guria [...]
 Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu
 Fe-mi-nis-mo? [...]

(FERREIRA, 2018a).

O eu lírico, em vários momentos da canção, interroga essa feminista para confrontá-la, mostrando a experiência de vida de outras mulheres, que ela desconhece por completo e que, apesar de não ser a sua, é a de muitas no Brasil: “quantas vezes você correu atrás de um busão?”, “quantas vezes você saiu do seu apartamento e chegou no térreo com um prato de alimento?”, “quando foi que cê parou para perguntar o nome e falar sobre seu ativismo?”, “quando foi que cê pisou em uma favela para falar do seu fe-mi-nis-mo?” (FERREIRA, 2018). Para todas essas interrogativas, teríamos, provavelmente, uma negativa, pois o feminismo abordado na canção se atentou apenas para as demandas e as necessidades de poucas mulheres, excluindo a mulher trabalhadora, pobre, preta e periférica, que foi completamente invisibilizada por um movimento que, em teoria, agregaria sem distinção, mas que, na prática, acolheu somente uma minoria específica.

O feminismo tradicional estabeleceu uma categoria universal de mulher, que despreza a pluralidade e as diferentes opressões. Todavia, graças a esse movimento, a liberdade sexual e independência feminina foram alcançadas e o machismo questionado, porém, as opressões de classe e de raça não foram vistas, muito menos combatidas “sempre deixando para amanhã, deixando para amanhã, há miliano que cês tão queimando sutiã” (FERREIRA, 2018). Ao invés disso, criou-se um ativismo que assume o lugar de fala do

sujeito subalternizado e que julga poder falar por ele, ou seja, silenciando quem, realmente, vive a situação, sem oferecer um espaço para que ele possa falar com autonomia e ser escutado.

Essa situação é alimentada tanto por homens, no geral, quanto por mulheres brancas, porque as duas categorias enxergavam as mulheres negras como força servil, expondo essas mulheres a um lugar de vulnerabilidade que levou à exploração laboral e até à violação sexual por parte dos homens. Mesmo as mulheres brancas, que compartilham a temática de gênero com as mulheres negras, foram incapazes de construir uma espécie de irmandade entre si. Portanto, a mulher negra era hostilizada/excluída por ambas as partes: os homens as inferiorizavam em nome de uma suposta hierarquia entre os gêneros; e as mulheres não aceitavam receber o mesmo tratamento que era destinado às mulheres racializadas: “e nós as mulher preta? Nós só serve pra vocês mamar na teta, ama de leite dos brancos, sua vó não hesitou quando colocou a minha lá no tronco”. (FERREIRA, 2018). Como ama de leite, essas mulheres pretas estavam no seio familiar da Casa Grande, e eram obrigadas a abdicar dos próprios filhos para se tornarem “mães” dos filhos da sinhá, afinal, elas não apenas alimentavam essas crianças, como também eram responsáveis por toda criação, transmitindo-lhes os primeiros ensinamentos de vida, no entanto, a qualquer descuido ou insatisfação dos senhores, as amas de leite não eram poupadas de punições e castigos físicos. Trazer, para a canção, esse passado escravista, no qual mulheres racializadas foram duplamente vítimas é mostrar que o feminismo não levou em consideração a trajetória diferenciada de opressão que as subjugou, não apenas por parte de homens, mas sobretudo por outras mulheres que não foram solidárias ao seu sofrimento e que se beneficiaram desse tipo de opressão.

Mulheres brancas, escolarizadas e de classe média, que tiveram visibilidade para suas causas não souberam reconhecer os privilégios que detinham, tampouco se importaram em ceder espaço para que outras mulheres pudessem reivindicar e usufruir dos mesmos direitos. A intersecção de raça e gênero foi vista como irrelevante, todavia, se nos atentarmos a isso, perceberemos como o racismo e o sexismo subjugam a mulher negra. Esse preconceito justifica os piores indicadores em várias áreas, tais como educação, emprego, saúde, acesso a bens e serviço entre outros.

[...] numa sociedade onde racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra (GONZALEZ, 2020, p. 109).

As diferentes formas de opressão e discriminação, como o racismo e o sexismo, se cruzam e se interligam, criando experiências únicas de exclusão para as pessoas que sofrem com essas formas de opressão em conjunto, o que resulta em uma opressão que é mais intensa e complexa do que aquela vivida por mulheres brancas ou homens negros. Além da discriminação relacionada à cor da pele, as mulheres negras também enfrentam a misoginia, e a hipersexualização, e essa carga de preconceito pode afetar a autoestima e a autoconfiança delas, além de limitar suas oportunidades de vida e de carreira. Por isso, é importante que a sociedade trabalhe para combater tanto o racismo quanto o sexismo, de forma a garantir igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou gênero.

De modo geral, dentro do movimento das mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignoram diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra irmandade que de fato não existe (LORDE, 2020, p. 241).

A mulher preta, pobre e periférica não se viu representada pelo feminismo hegemônico, porque as pautas de reivindicações não abrangiam as demandas de mulheres racializadas, enquanto as mulheres estavam querendo igualdade de salário com os homens, a mulher preta ainda estava lutando para ser inserida no mercado de trabalho, visto que ela sempre trabalhou, no entanto, a informalidade acaba sendo a regra e não a exceção.

Quando falamos que a mulher começou a ter independência financeira e a sair de casa para trabalhar, estávamos nos referindo apenas a um tipo específico de sujeito. Na década de 70, o número de trabalhadoras no mercado de trabalho praticamente dobrou, também foi observado um aumento significativo de mulheres nas universidades, todavia, não estamos falando de melhorias na vida de mulheres pretas.

De acordo com dados da pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*,¹⁶ publicada pelo IBGE em 2022, enquanto mulheres brancas recebem 77% do salário de homens brancos, mulheres pretas recebem menos da metade, 44,4% isso quando estão, pelo menos, inseridas no mercado de trabalho, pois a taxa de informalidade chega aos 47,8% enquanto a de brancas soma 34,7%, o que sugere que a divisão racial do trabalho faz com

¹⁶ Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf > Acesso em: 02 de jul. de 2022. Colocar no lugar as referências.

que elas ocupem os empregos com menor qualificação e remuneração. A realidade socioeconômica entre esses dois grupos de mulheres demonstra que além da desigualdade social que as separa, a desigualdade racial faz com que esse abismo se tornar ainda maior.

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representada pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 109).

A dificuldade da mulher preta em ser inserida no mercado de trabalho se deve, também, ao requisito da “boa aparência”, que nada mais é do que um apelo ao padrão estético da mulher branca, porém, em alguns casos, abre-se uma pequena exceção para as mulheres negras com a pele mais clara e cabelos alisados, que se aproximam ao padrão estético hegemônico, assim como Bia Ferreira descreve: “Quantas vezes você correu atrás de um ônibus para não perder a entrevista? Chegou lá e ouviu um “não insista”, a vaga já foi preenchida. É que você não se encaixa no nosso perfil” (FERREIRA, 2018). No entanto, essas exigências muitas vezes refletem preconceitos raciais que tendem a excluir mulheres racializadas e outras minorias étnicas.

Faz-se necessário romper com a barreira imposta por esse feminismo acadêmico e teórico, pouco acessível não só em linguagem, como também em proximidade com a realidade da “tia” do sinal, da dona de casa, da empregada doméstica, de meninas da periferia, que não se sentem representadas pelo feminismo hegemônico. Muitas dessas mulheres não se reconhecem como feministas, pois consideram um movimento majoritariamente de mulheres brancas e de classe média que não estão, realmente, interessadas em defender as pautas daquelas que estão à margem da sociedade e que, por isso, acabam “sempre deixando para amanhã” outras agendas, pois julgam que não são tão importantes quanto combater a opressão de gênero. Apesar de estar mais associado a um viés político de esquerda, a pouca consciência de classe, e principalmente, de raça acaba afastando mulheres pobre e racializadas de se sentirem integrantes da luta feminista. É importante ouvir o que as mulheres que estão na rua precisam, uma vez que ficamos muito tempo dando atenção àquelas que estão no conforto das quatro paredes de seus apartamentos e nos esquecemos de observarmos quem estava fora, fora até mesmo das prioridades do feminismo.

O fato de termos “queimado sutiãs” simboliza os avanços na luta contra a opressão

sexista e o machismo, porém, isso não foi suficiente para alcançarmos a paridade com o gênero masculino. O patriarcado branco ainda é o grande beneficiado pelas desigualdades impostas às mulheres, no entanto, feministas brancas precisam reconhecer que as conquistas que tiveram não foram as mesmas das mulheres pretas. Ainda não podemos dizer que estamos juntas nessa corrida, pois não nos foram dados meios de termos igualdade com os homens e muito menos com outras mulheres não racializadas.

Por mais que o movimento organizado de mulheres brancas tenha se aproximado das pautas políticas progressistas, o seu perfil elitista e classista o mantém distante da realidade da maioria das mulheres no Brasil. Nessa constante luta, em muitos momentos, nós, mulheres negras, temos sidas deixadas para trás, completamente invisibilizadas e desamparadas por parte de uma sociedade que insiste em nos excluir de suas políticas públicas, e que propõe “soluções” genéricas para problemas que atingem ao nosso grupo especificamente. A consciência de classe e racial precisa ser algo fundamental em quem deseja construir uma sociedade justa e igualitária, logo, reconhecer e questionar seus privilégios não é um exercício fácil de se fazer, porém se faz necessário, pois apenas desta forma haverá mudanças significativas. Enquanto tivermos um ativismo limitado ao conforto das quatro paredes e pautado em discursos eloquentes, porém pouco eficientes na prática, o feminismo continuará sendo um movimento burguês e branco que não se atém aos problemas que assolam mulheres pobres, pretas e periféricas.

2.3 “Não precisa ser Amélia”

Estrela que brilha, clareia a trilha
 Ilumina e guia o meu caminhar
 Alumeia um pouquinho esse meu caminho
 Me dê uma luz, tá difícil enxergar
 Quanto mais eu ando, mais escuro fica
 Me dê uma dica pra poder seguir
 Não sei o que faço
 Se ando, se paro, se corro, se sigo, se fico aqui
 Tome minha boca pra que eu só fale
 Aquilo que eu deveria dizer
 A caneta, a folha, o lápis
 Agora que eu comecei a escrever
 Que eu nunca me cale
 O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar
 Sou mulher, sou preta, essa é minha treta
 Me deram um palco e eu vou cantar
 Pela tia que é silenciada
 Dizem que só a pia é seu lugar

Pela mina que é de quebrada
 Que é violentada e não pode estudar
 Canto pela preta objetificada
 Gostosa, sarada, que tem que sambar
 A dona de casa limpa, lava e passa
 Mas fora do lar não pode trabalhar
 A dona de casa limpa, lava e passa
 Mas fora do lar não pode trabalhar
 A dona de casa limpa, lava e passa
 A dona de casa
 Não precisa ser Amélia pra ser de verdade
 Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser
 Seja preta, indígena, trans, nordestina
 Não se nasce feminina, torna-se mulher
 E não precisa ser Amélia pra ser de verdade
 Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser
 Seja preta, indígena, trans, nordestina
 Não se nasce feminina, torna-se mulher
 E não precisa ser Amélia pra ser de verdade
 Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser
 Menos preta, indígena
 Não se apropria
 Quer ser preto dia a dia
 Pra polícia cê num é
 (FERREIRA, 2019).

No imaginário social, o termo Amélia¹⁷ representa o sujeito feminino perfeito, feito aos moldes sexista, submissa, resignada, dedicada à casa e à família, que se encaixa dentro das premissas: “bela, recatada e do lar”, essas seriam características de uma mulher ideal, cuja função principal é agradar alguém do gênero masculino, visto que esse foi um papel social imposto às mulheres, ou seja, basicamente, sua missão de vida se resumia a isso, sem nenhum tipo de questionamento, cabendo-lhe exercê-la com maestria. No entanto, esse papel social será contestado, afinal, “não precisa ser Amélia para ser de verdade” (FERREIRA, 2019), e o fato de nós, mulheres, não apresentarmos determinados comportamentos esperados para o gênero feminino, não nos torna menos ou mais mulher, pois, como bem pontua Simone de Beauvoir, o gênero é uma construção social: “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 209).

Se para Beauvoir o gênero é uma construção social, para Judith Butler, em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2019), o gênero é performativamente construído, isto é, produzido através de uma série de efeitos que consolidam o que é ser homem e o que é ser mulher. Assim como um *script* teatral que pode ter vários tipos de performances, sem que haja espaço para novos “roteiros”, dentro de uma sociedade, o gênero

¹⁷ O termo “Amélia” ficou bastante conhecido no Brasil em decorrência da música “Ai, que saudade da Amélia” do cantor Ataulfo Alves, lançada em 1959, no álbum homônimo. A canção é de autoria de Mario Lago e Ataulfo Alves.

feminino precisa seguir com aquilo que é imposto e esperado, corroborado por mecanismos de controle para o desempenho desse “script”, e que respaldam sanções sociais e manutenção de tabus.

À figura masculina é permitido expressar opinião, ser sexualmente livre, ser independente, ocupar todas as esferas do ambiente público; porém, quando uma mulher decide fazer as mesmas coisas, acontece uma espécie de rompimento desse “roteiro” determinado, gerando um certo estranhamento, repulsa e punição. Aquelas que seguem as expectativas sociais são tidas como exemplo, todavia, quem ousa explorar outras maneiras de ser mulher é rechaçada pela sociedade. Como o gênero é uma construção social e cultural, ele é algo mutável tanto em relação ao tempo quanto ao lugar; de modo que, fatores externos influenciam essa performatividade. Aprendemos a ser mulher e desempenhamos esse papel de acordo com o modelo de sociedade no qual estamos inseridas, logo, a performance feminina no ocidente não é a mesma da que encontramos em regiões não-ocidentais ou em sociedades indígenas, por exemplo.

O patriarcado estabeleceu lugares específicos nos quais homens e mulheres deveriam estar. Aos primeiros foram designados os espaços públicos, às mulheres, o ambiente doméstico, que durante muito tempo foi determinado como o único lugar que mulheres construídas nos moldes da feminilidade hegemônica (branca e burguesa) poderiam ocupar. Para essas mulheres, trabalhar fora de casa era algo inimaginável e com conotação negativa, afinal, elas estariam abdicando de sua função natural e querendo usurpar o espaço masculino. Estudar também era visto como algo desnecessário, pois se acreditava que a mulher era intelectualmente inferior e não dispunha da mesma capacidade cognitiva que os homens, sendo habilitada apenas ao lar, à maternidade e a funções que, supostamente, exigiam pouco esforço físico e intelectual. A imposição do molde da “Amélia” traz um silenciamento e uma violência velada, porque obriga a mulher a atender a um ideal de feminilidade, que também apresenta um padrão heteronormativo – mulher cis, hétero e branca. Quaisquer outras características “desviantes” fogem completamente desse padrão feminino, e dessa categoria universal de mulher criada pelo feminismo tradicional que não acolheu outras especificidades femininas. Nessa lógica, a própria Bia Ferreira é um exemplo disso: uma mulher preta, lésbica e masculinizada perante as convenções patriarcais.

O eu lírico da canção assume o papel de dar voz a sujeitos que, assim como ele, são silenciados e invisibilizados, procurando subverter o patriarcado heteronormativo branco,

mostrando que existem outras formas performativas de ser mulher: “não precisa ser Amélia pra ser de verdade, cê tem a liberdade de ser quem você quiser, seja preta, indígena, trans, nordestina, não se nasce feminina torna-se mulher” (FERREIRA, 2019). Ferreira traz o protagonismo para alguns sujeitos que foram vistos como subalternos, como a dona de casa, a menina da periferia, a nordestina; a mulher indígena, que é tão ignorada quanto a mulher negra. Essas protagonistas são as figuras femininas que nunca receberam a devida atenção para os problemas que as assolavam e nem tiveram suas pautas legitimadas e debatidas pelo movimento feminista hegemônico.

Que eu nunca me cale
 O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar
 Sou mulher, sou preta, essa é minha treta
 Me deram um palco e eu vou cantar
 Pela tia que é silenciada
 Dizem que só a pia é seu lugar
 Pela mina que é de quebrada
 Que é violentada e não pode estudar
 Canto pela preta objetificada
 Gostosa, sarada, que tem que sambar
 A dona de casa limpa, lava e passa
 (FERREIRA, 2019a).

É importante também ressaltar a inclusão de mulheres transsexuais na letra da canção, pois elas são excluídas até mesmo por parte do movimento feminista mais radical e conservador, porque não são consideradas “mulheres de verdade”, pois esses grupos entendem que o sexo biológico está diretamente ligado a um determinado gênero. Isso porque, para eles, o gênero deveria convergir com o sexo e com as normas que os governam e os regulam, as quais fazem parte de uma série de estratégias que operam para garantir a conformidade dos sujeitos às expressões de gênero construídas pela sociedade.

O sujeito do feminismo encontra-se baseado em uma noção estável do conceito de gênero, e este só encontra coerência dentro da matriz da heterossexualidade. A sexualidade normativa fortalece tão somente o gênero normativo, operando de forma indissociável da produção da inteligibilidade humana a partir da delimitação da coerência entre sexo, gênero e sexualidade. Sendo assim, o sujeito considerado pelo feminismo seria especificamente a mulher cis heterossexual, isto é, uma mulher que se identifica com gênero e sexo que lhe foram atribuídos no nascimento.

A ideia de sexo como uma entidade biologicamente determinada e natural é refutada por Judith Butler, a partir das formulações de Michel Foucault, (SALIH, 2002) consoante as quais sexo e sexualidade são construídos ao longo do tempo e da cultura. Portanto, sexo,

gênero e sexualidade não seriam intrinsecamente ligados, visto que é possível alguém ser do sexo masculino com traços e comportamento feminino ou do sexo feminino com traços e comportamento masculino, o que causaria uma ruptura nessa inteligibilidade do gênero. Logo, se o gênero é algo não natural, e sim construído a partir de qualquer corpo sexuado, não existe, necessariamente, uma relação entre sexo e gênero.

Tanto Simone de Beauvoir quanto Judith Butler consideram que a mulheridade é formada ao longo de um processo e que essa produção do gênero não tem origem nem fim, mas ocorre levando em consideração fatores sociais e culturais. Portanto, mulheres transexuais performam a feminilidade, sendo assim, elas também são vítimas da misoginia, do sexismo e da relação assimétrica entre gênero masculino e feminino, impostos pelo patriarcado.

Apesar de o conceito de gênero ter sido muito útil para o feminismo, ele foi insuficiente para pensar as diferentes formas de opressão e de pluralidade dos indivíduos que se enquadravam no “ser mulher” servindo, de certa forma, para perpetuar estruturas de poder e para restringir o gênero apenas às noções binária de masculino e feminino, impondo normas excludentes no interior do movimento e produzindo novas formas de discriminação.

Ao longo da canção, podemos identificar alguns perfis de mulheres pretas que exemplificam que os estereótipos de gênero também estão ligados ao de raça, tais como a doméstica, a menina da periferia, a dona de casa e a mulher preta objetificada sexualmente. Lélia Gonzalez (2020) aborda três papéis sociais impostos às mulheres pretas: a mulata, a mãe preta e a doméstica, papéis que mostram as representações negativas de mulheres racializadas na sociedade que são decorrentes da articulação entre o racismo e o sexismo, o que leva à dupla opressão desse sujeito e, assim como o papel social da “Amélia”, essas também são atribuições normalizadas e não questionadas.

A “preta objetificada, gostosa, sarada que tem que sambar” (FERREIRA, 2019) é a mulata: uma figura venerada e exibida no carnaval como símbolo de beleza e luxúria, que desperta no homem branco desejos, e é percebida no imaginário coletivo como aquela mulher adequada somente para uma aventura sexual, mas nunca para um relacionamento sério. A mulata é considerada um produto de exportação *made in Brazil*, que ratifica o mito da democracia racial, dando a falsa percepção de que no Brasil não existe racismo.

O poema *Mulata exportação*, de Elisa Lucinda, expõe como a mulher negra é percebida no imaginário masculino branco, servindo para satisfazer desejos, mas que tem qualquer tipo de relação de afeto negada, pois um relacionamento interracial é visto até

mesmo como imoral. Vale lembrar uma frase que o (ex-)presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, proferiu, ainda na época em que era deputado federal, ao ser questionado como reagiria se um filho se apaixonasse por uma mulher preta. Bolsonaro, imediatamente, respondeu que não discutiria promiscuidade porque seus filhos foram muito bem educados e, por isso, ele não correria o risco de ter uma nora negra¹⁸.

A mulher negra é usada, exclusivamente, para um relacionamento casual, enquanto a mulher branca é assumida publicamente, é aquela com a qual é possível casar e constituir família. Esse tipo de dinâmica da relação do homem branco com a mulher preta é um reflexo do período da escravidão, no qual era permitido que proprietários brancos realizassem sobre os corpos negros fantasias que não poderiam concretizar com suas esposas. Assim, a mulher negra era um corpo usado apenas para satisfazer desejos e para procriação, desumanizada, erotizada e hipersexualizada, nunca digna de afeto e respeito. Hoje, essa violência se configura de maneira emocional, psicológica e afetiva, e esse estereótipo imputado à mulher negra impede que ela seja amada, cuidada, admirada e respeitada, sendo, então, preterida para relacionamento: Trata-se da “solidão da mulher negra” (PACHECO, 2013).

No poema de Elisa Lucinda, a voz masculina branca exalta a beleza da mulher negra, porém, essa admiração precisa ser velada, afinal, ninguém pode saber, portanto, o objetivo de tamanho “endeusamento” repleto de elogios rasos é poder concretizar uma mera aventura sexual. Além disso, também podemos observar que a beleza desta mulher se deve a traços de uma branquitude herdada, como os olhos verdes, por isso, nunca iremos ouvir a expressão “branca linda”, pois o conceito de beleza está diretamente ligado a um padrão branco e não seria necessário enfatizar nada. No entanto, como a negritude não constitui nenhum tipo de padrão estético, o “nega linda” é utilizado para ressaltar aspectos fenotípicos que remetem à branquitude, como olhos claros, pele mais clara, nariz pequeno ou, como alguns dizem, “traços finos”, reforçando, dessa forma, a conceituação racista do que é belo esteticamente.

Mas que nega linda
 E de olho verde ainda
 Olho de veneno e açúcar!
 Vem, nega, vem ser minha desculpa
 Vem que aqui dentro ainda te cabe
 Vem ser meu álibi, minha bela conduta
 Vem, nega exportação, vem, meu pão de açúcar!
 (Monto casa procê mas ninguém pode saber, entendeu, meu dendê?)
 Minha tonteira, minha história contundida
 Minha memória confundida, meu futebol, entendeu, meu gelol?

¹⁸ Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/deputado-associa-na-tv-namoro-com-negras-a-promiscuidade-3soun3pndemrjmxs6xwer2gjy/>>. Acesso em: 31 de out. de 2022. Nas referências

Rebola, bem meu bem-querer, sou seu improviso, seu karaokê;
 Vem, nega, sem eu ter que fazer nada.
 Vem, sem ter que me mexer
 Em mim, tu esqueces tarefas, favelas, senzalas, nada mais vai doer.
 Sinto cheiro docê, meu maculelê, vem, nega, me ama, me colore
 Vem ser meu folclore, vem ser minha tese sobre nego malê.
 Vem, nega, vem me arrasar, depois te levo pra gente sambar.

Imagem: Ouvi tudo isso sem calma e sem dor.
 Já preso esse ex-feitor, eu disse: “Seu delegado...”
 E o delegado piscou.
 Falei com o juiz, o juiz se insinuou e decretou pequena pena
 com cela especial por ser esse branco intelectual...
 Eu disse: “Seu Juiz, não adianta! Opressão, Barbaridade, Genocídio
 nada disso se cura trepando com uma escura!”
 Ó, minha máxima lei, deixai de asneira
 Não vai ser um branco mal resolvido
 que vai libertar uma negra:
 Esse branco ardido está fadado
 porque não é com lábia de pseudo-oprimido
 que vai aliviar seu passado.
 Olha aqui meu senhor:
 Eu me lembro da senzala
 e tu te lembrás da Casa-Grande
 e vamos juntos escrever sinceramente outra história
 Digo, repito e não minto:
 Vamos passar essa verdade a limpo
 porque não é dançando samba
 que eu te redimo ou te acredito:
 Vê se te afasta, não invista, não insista!
 Meu nojo!
 Meu engodo cultural!
 Minha lavagem de lata!
 Porque deixar de ser racista, meu amor,
 não é comer uma mulata!
 (LUCINDA, 2002).¹⁹

Não é admirando uma “mulata”, nem transando com uma que ideias racistas são desfeitas, uma vez que isso não é um alibi para qualquer pessoa se autointitular como alguém isento de preconceito. Além disso, se fôssemos seguir essa lógica, bastante utilizada por quem tem atitudes racistas, uma pessoa machista poderia se justificar dizendo que não é machista só porque é casado com uma mulher. Sendo assim, transar com uma preta, ter amigos pretos, e até ser filho de um, não dá a ninguém uma “carteirinha” de não racista.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também,

¹⁹ Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/de-elisa-lucinda-mulata-exportacao/>>. Acesso em: 31 de out. de 2022. Nas referências.

que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito (GONZALEZ, 2020, p. 80).

Se a mulata tem o seu corpo tido como público, hipersexualizado, objetificado e desvalorizado, como ser humano e como mulher, a doméstica representa esse caráter subserviente ainda imposto: uma figura do cotidiano presente nas casas brasileiras carregada de traços escravistas, a “tia silenciada, que dizem que só a pia é seu lugar” (FERREIRA, 2019). É ela que, diariamente, enfrenta uma dura rotina com os serviços domésticos, não apenas limpando e cozinhando, mas também, algumas vezes, educando os filhos da patroa, deixando sua família em casa para cuidar da família e da casa de outros, não tendo o devido reconhecimento da sociedade, sendo constantemente desvalorizada e mal remunerada em um país que considera sua profissão inferior e lhe nega os merecidos direitos.

A mulher que brilha e recebe toda atenção no carnaval é a mesma que é invisibilizada no dia a dia, é ela que ocupa a passarela, mas também os elevadores de serviço e os minúsculos quartinhos de empregada. A mulata e a doméstica representam a dupla servidão desse sujeito: a sexual e a servil.

No Brasil, a situação das empregadas domésticas envolve um misto de afeto e de exploração servil, e perpetua relações desiguais e abusivas entre patrão e empregada. Elas são consideradas “como se fossem da família”, no entanto, por trás dessa fala que busca um controle psicológico e afetivo, existe uma realidade de trabalho que se aproxima de um regime moderno de escravidão, visto que boa parte dessas empregadas trabalham sem limites de hora, sem folgas, algumas moram no próprio trabalho e abdicam de sua vida pessoal e da própria família em prol de um trabalho com baixos salários e sem direitos trabalhistas.

Muitas dessas mulheres começaram a trabalhar ainda na infância e exercem essa função até o fim de suas vidas, configurando-se em uma atividade que é comum passar de mãe para filha, isto é, gerações de mulheres que não tiveram oportunidades e nem meios para uma ascensão social e, se nos concentrarmos ao perfil dessas mulheres, boa parte delas são pretas, pobres e periféricas.

Convém salientar que a luta das empregadas domésticas pelo reconhecimento da profissão vem de longa data, no entanto, essa reivindicação nunca recebeu a adequada atenção do movimento de mulheres, afinal, essas mesmas mulheres que se denominavam feministas se beneficiavam da exploração dessas trabalhadoras, que durante muito tempo exerceram suas atividades de maneira informal, sem nenhum amparo legal, absorvidas por um regime laboral completamente desumano. Laudelina de Campos Melo foi uma das pioneiras na luta e quem,

com a ajuda do movimento negro, reivindicou visibilidade para a categoria de trabalhadoras todavia, apesar das empregadas domésticas terem conquistado o direito à carteira assinada e à previdência social em 1972, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, que outorgava a essas trabalhadoras benefícios e direitos semelhantes aos de outras profissões, foi promulgada somente em 2013.

Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar: afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher” (GONZALEZ, 2020, p. 105).

Apesar de Bia Ferreira defender que nós mulheres temos direito de ser aquilo que quisermos, ela traz uma observação de extrema relevância: a apropriação indevida de uma negritude. Vemos algumas pessoas resgatando uma ancestralidade, seja ela negra ou indígena, quando isso pode lhe trazer algum tipo de benefício, um exemplo disso é quando pessoas lidas como brancas pela sociedade se autodeclaram pretas ou pardas para se enquadrar dentro das políticas de cotas, utilizando do artifício de parentesco com pessoas pretas, como se isso, por si, só fosse uma justificativa plausível para elas se legitimarem como negras. Pessoas brancas acreditam que podem apoderar-se até mesmo de algo intangível, se apropriando da cultura e de costumes da negritude, chegando, inclusive, a usurpar a raça, quando isso é conveniente. No Brasil, o racismo não é demonstrado no nível genético ou ancestral, mas em manifestações mais visuais e mais palpáveis da raça, como a cor da pele e de características fenotípicas. Assim, o fato de uma pessoa ter pai, mãe ou avós negros, não a torna negra, e ser lida como uma pessoa de pele clara a isenta de sofrer qualquer situação de discriminação racial.

Outros fatores relacionados à branquitude são os privilégios materiais que os brancos têm em relação aos não brancos. Isso significa que ser branco produz cotidianamente situações de vantagem em relação aos não brancos. Diferentes pesquisas demonstram que há para os brancos mais facilidades no acesso à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações (SCHUCMAN, 2012, p. 25).

Essas mesmas pessoas que se consideram “pretas” e se apropriam de uma negritude que elas não possuem, porque não sabem o que é ser uma pessoa racializada no Brasil, nunca saberão como é ser abordado pela polícia, ser seguido em um shopping, ser barrado em um banco, viver em uma sociedade na qual o corpo negro é vítima de vários tipos de violências – Violências essas que podem ser físicas, praticadas muitas vezes por uma polícia racista; ou, emocionais causadas por um racismo estrutural que insiste em nos colocar em um lugar de

subalternidade, definindo-nos como pessoas inferiores intelectualmente e não merecedores de ocupar espaços de poder: “Cê tem a liberdade de ser quem você quiser. Menos preta, indígena, não se apropria, quer ser preto dia a dia pra polícia cê num é” (FERREIRA, 2019).

2.4 “Diga não”

Diga não ao racismo
 Diga não ao preconceito
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 Diga não à polícia racista
 Diga não a essa militarização fascista
 Diga não
 Não fique só assistindo
 Muita gente chora irmão enquanto você tá rindo
 Andando na rua de noite
 Muita gente branca foge de mim
 A minha ameaça não carrega bala
 Mas incomoda o meu vizinho
 O imaginário dessa gente dita brasileiro torto
 Grito pela minha pele
 Qual será meu fim?
 Eu não compactuo com esse jogo sujo
 Grito mais alto ainda
 E denuncio esse mundo imundo
 A minha voz transcende a minha envergadura
 Com essa carne fraca
 Eu sou do tipo carne dura
 Diga não ao racismo
 Diga não ao preconceito
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 Eu não aguento mais
 Ver meus irmãos pretos estampados mortos nos jornais
 Eu não aguento mais
 Ver meus irmãos com cento e onze tiros dados por policiais
 Diga não ao racismo
 Diga não ao preconceito
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 A carne mais barata do mercado é minha carne negra
 A carne mais barata do mercado é minha carne negra
 A carne mais barata do mercado é minha carne negra
 A carne mais barata do mercado
 É minha carne é minha carne é minha carne
 É minha carne é minha carne é minha carne
 A carne mais barata do mercado
 A carne mais barata do mercado
 A carne mais barata do mercado é minha carne negra
 Minha carne negra
 Minha carne negra
 Minha carne
 A carne mais barata do mercado
 A carne mais barata do mercado
 A carne mais barata do mercado é minha carne negra
 A Lua Cheia clareia as ruas do Capão
 Acima de nós só Deus, humilde, né, não? Né, não?

Saúde! *Plim!*, mulher e muito som
 Vinho branco para todos, um advogado bom
 Aham, aham
 Ei, esse frio tá de fuder
 Terça feira é ruim de rolê, vou fazer o quê?
 Nunca mudou nem nunca mudará
 O cheiro de fogueira vai perfumando o ar
 Mesmo céu, mesmo CEP no lado sul do mapa
 Sempre ouvindo um RAP para alegrar a rapa
 Nas ruas da Sul eles me chamam Brown
 Maldito, vagabundo, mente criminal
 O que toma uma taça de champanhe também curte
 Desbaratinado, tubaína tutti-frutti
 Fanático, melodramático, bon-vivant
 Depósito de mágoa, quem está certo é o Saddam, ham
 Playboy bom é chinês, australiano
 Fala feio e mora longe, não me chama de mano
 E aí, brother, hey, uhuuul! Pau no seu hiii!
 Três vezes seu sofredor, eu odeio todos vocês
 Vem de artes marciais que eu vou de sig sauer
 Quero sua irmã e seu relógio Tag Heuer
 Um conto, se pá, dá pra catar
 Ir para a quebrada e gastar antes do galo cantar
 Triplex para a coroa é o que malandro quer
 Não só desfilar de Nike no pé
 Vem, com o relógio e o din din do seu pai
 Mas no rolê com nós cê não vai
 Nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar
 Entendeu? Se a vida é assim, tem culpa eu?
 Se é o crime ou o creme, se não deves não teme
 As perversa se ouriça, os inimigo treme
 E a neblina cobre a estrada de Itapecirica
 Sai, sai, sai, sai
 Deus é mais, vai morrer pra lá zica!
 Diga não ao racismo
 Diga não ao preconceito
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 Diga não à polícia racista
 Diga não a essa militarização fascista
 Diga não
 Não fique só assistindo
 Muita gente chora irmão enquanto você tá rindo
 Diga não ao racismo
 Diga não ao preconceito
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 Diga não à polícia racista
 Diga não a essa militarização fascista
 Diga não
 Não fique só assistindo
 Muita gente chora irmão enquanto você tá rindo
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 (FERREIRA, 2018).

O racismo e o preconceito são dois males que atingem diariamente a nós, pessoas negras, e que se manifesta, algumas vezes, de forma sutil e velada e, em outras, de maneira mais explícita e agressiva, porém, essa violência não se limita apenas ao lado emocional e

psicológico. A forma mais hostil, na qual o racismo estrutural se apresenta é o genocídio do povo negro: ainda somos as maiores vítimas da violência, seja ela praticada por terceiros ou por agentes do Estado, como a polícia. De acordo com o Atlas de violência de 2021²⁰, de 2009 a 2019 o número de homicídios de mulheres negras teve um aumento de 2%, enquanto o de mulheres brancas teve uma diminuição de quase 27% e, se formos analisar o total de mortes, 66% foram de mulheres pretas. Essa violência letal é justificada pelo gênero, pelos conflitos familiares, pelas brigas domésticas, pela intolerância religiosa e pela violência urbana, como podemos observar, somos a parcela da população brasileira mais vulnerável.

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017, p. 19).

Muito tardamos em dar atenção ao fator racial nos estudos e nos levantamentos sobre os índices de violência no país, ainda que o movimento negro já o levasse em consideração há muitas décadas. A análise da violência no Brasil, levando em consideração o fator racial, demorou bastante tempo para se fazer presente nos estudos sobre o tema, mesmo o movimento negro já abordando a questão há décadas “nomeando-as de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018).” (ATLAS, 2021). Pessoas pretas constituem a parcela da população que mais morre por meio da violência letal e a discrepância é tão grande que correspondemos a 77% de vítimas de homicídio, pois temos mais chances de morrer do que uma pessoa branca e, se nos concentrarmos nos jovens pretos e pardos entre 15 e 29 anos, eles têm o dobro de chance de uma morte violenta, representando 84,1% dos mortos por intervenções policiais que são legitimadas por um discurso de “luta contra as drogas”.

De forma sistemática, assistimos a intervenções policiais em regiões periféricas e em comunidades que resultam em quantitativos expressivos de óbitos de pessoas, em sua maioria, classificadas como “suspeitos” ou que estão supostamente envolvidas com o tráfico de drogas e com crime organizado, porém, essa guerra urbana acaba dizimando, geralmente, pessoas inocentes. Recorrentemente, assistimos nos noticiários que as tais vítimas de “bala perdida” são pessoas pretas, pobres e periféricas, muitos jovens e até mesmo crianças. Não é uma mera coincidência que os corpos vítimas dessa matança são sempre corpos racializados, não vemos

²⁰ Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375atlasdaviolencia2021completo.pdf>.> Acesso em: 08 out. 2022. Referências em seu lugar.

essas “balas perdidas” em corpos brancos, nem em regiões de classe média ou em bairros nobres. Além disso, quando uma única pessoa branca morre, o que observamos é uma mobilização por parte da sociedade e das autoridades para que isso não volte a ocorrer, enquanto, pessoas pretas morrem diariamente e normalizamos essa matança, como mais um efeito colateral da guerra urbana. Essa postura insinua a existência de uma licença para matar, respaldada pelo próprio Estado que determina quais corpos devem viver e quais devem morrer.

[...] verifica-se que muitos dos elementos que fundamentam a suspeita remetem a um grupo social específico. Selecionam-se suspeitos a partir da faixa etária, pertença territorial, um estilo de vestir, andar e falar que, muitas vezes, reivindicam aspectos de uma cultura negra, que é simultaneamente uma cultura “da periferia”.

[...] na busca por suspeitos, eles se orientam por marcas como adereços, tatuagens, vestimentas típicas de certas tribos urbanas, cortes específicos de cabelos, sinais de corporalidade. Neste processo, jovens, com traços da cultura negra e oriundos de periferias se tornam público-alvo das investidas policiais (SCHLITTLER, 2016, p. 126).

A cor da pele na sociedade brasileira determina quem é o “suspeito”, quem é o “bandido”, quem é aquele que vai ser abordado, muitas vezes de forma truculenta e com abuso de poder, pela polícia. A cor da pele nos transforma em alvos e nos faz vítimas tanto de uma polícia que reproduz o racismo institucionalizado, quanto de um sistema judiciário que condena também em função da cor. De acordo com um levantamento²¹ do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, 83 % dos presos injustamente, em decorrência de reconhecimento fotográfico, tinha algo em comum: eram jovens pretos e pobres, trabalhadores e estudantes acusados sem nenhum tipo de prova concreta, nem investigação, apenas por conta de uma foto. E, ainda assim, essas pessoas inocentes foram condenadas por crimes que não cometeram, e apenas alguns deles conseguem provar a sua inocência. Geralmente, a maioria deles ocupará o sistema penitenciário sem ter direito a um julgamento justo, pagando por delitos que não cometeram, declarados culpados pelo simples fato de serem pretos. Se prestarmos atenção ao sistema carcerário no Brasil, veremos que ele tem cor e classe: pretos e pobres constituem quase 64% da população que ocupa as penitenciárias e, além disso, as pessoas pretas recebem penas mais severas do que pessoas brancas para o mesmo crime. Não podemos dizer que isso é uma coincidência infeliz, o racismo institucionalizado nos estigmatiza e nos empurra para as

²¹ Disponível em: < <http://condege.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Relatorio-CONDEGE-DPERJ-reconhecimento-fotografico.pdf> > Acesso em: 08 out. 2022.
 Nas referências.

margens da sociedade. Logo, o encarceramento em massa de jovens negros não é por acaso, e se configura em um projeto político.

Andando na rua de noite
 Muita gente branca foge de mim
 A minha ameaça não carrega bala
 Mas incomoda o meu vizinho
 O imaginário dessa gente dita brasileiro torto
 Grito pela minha pele
 Qual será meu fim?
 (FERREIRA, 2018a)

Bia Ferreira faz uso da intertextualidade para incorporar à canção um dos casos de abordagem policial mais violentos do Rio de Janeiro, conhecido como a “chacina de Costa Barros”, que resultou na execução de cinco jovens, mortos por policiais com cento e onze tiros. O crime ocorreu em novembro de 2015 quando os rapazes transitavam de carro, à noite, em um bairro pobre e periférico, depois de terem saído para comemorar o primeiro emprego de um deles como auxiliar de mercado. Wilton, Wesley, Cleiton, Carlos Eduardo e Roberto, ao serem avistados pela polícia, imediatamente foram lidos como criminosos. Afinal, em um país racista, cinco jovens pretos e pobres em um carro, tarde da noite, representam um suposto perigo iminente, e foi exatamente isso que a polícia concluiu: sem nenhum tipo de abordagem ou averiguação de suas identidades, simplesmente dispararam cento e onze tiros contra o carro, sem oferecer qualquer chance de defesa para as vítimas, matando imediatamente todos os jovens.

Em seu poema *111 tiros, 111 presos, 111 negros*, a autora Lívia Natália não somente faz referência à morte desses jovens, como também a um dos massacres mais sangrentos ocorridos em um sistema prisional brasileiro: a morte de cento e onze presos, todos mortos pela polícia, na penitenciária do Carandiru, no ano de 1992, em São Paulo. Dentre esses mortos, oitenta e nove ainda não haviam sido julgados pela justiça, eram pessoas que estavam presas e morreram sem ao menos terem o direito a um julgamento justo, e, provavelmente, sem conseguirem provar sua inocência.

O caso ganhou repercussão internacional por ter escancarado a violência policial legitimada pelo Estado e que viola gravemente os direitos humanos. Em 2016, a justiça anulou o julgamento dos setenta e seis policiais envolvidos, que foram declarados inocentes sob a justificativa de terem disparado em legítima defesa. Nenhum dos indiciados chegou a ser preso ao longo desses trinta anos, corroborando a impunidade da justiça brasileira.

A coincidência sangrenta não se limita apenas ao número cento e onze, o que podemos

notar é que as vítimas desses dois casos são corpos pretos, corpos que são o alvo da bala, da injustiça, da violência policial, que não são dignos de humanidade. Dessa forma, o principal crime pelo qual são julgados culpados, e, portanto, não merecedores da vida, é terem nascido pretos.

O poema *111 tiros, 111 presos, 111 negros* poderia ser uma obra de ficção com personagens criados, uma distopia, no entanto, deparamo-nos com uma realidade cruel que nos atravessa diariamente, que rompe com as palavras e que chega de uma forma abrupta, seca e gélida, denunciando e trazendo para o primeiro plano aquilo que tentam varrer para de baixo do tapete: o racismo que nos mata todos os dias, que ainda tem a carne preta como a mais barata do mercado, que naturaliza ver nossos corpos em sacos pretos e que banaliza o fato de um jovem preto morrer a cada vinte e três minutos no Brasil. Viver é o maior ato de resistência em um país que insiste em nos matar, e em nos esvaziar da nossa humanidade.

111 tiros, 111 presos, 111 negros

“Porque os presos são quase todos pretos.”

Amanhã uma bala perdida atingirá meu peito.
Serei apenas outra negra perdida.
Ante a bala encontrada.
Da viatura, gritarão que transportávamos droga,
Que atiramos com armamento pesado,
Que reagimos e tombamos.

Como do Dantesco tombadilho,
Sobre nossos corpos, as moscas e os urubus-
De casaca e microfone à boca-
Enlouquecem dançando em aspirais.

(Que mais fazer deste corpo calado?
Que mais fazer deste golpe violento na cara?
Como sanar, na ferida, o sangue?)

Preto é elemento marginal,
Com a face ladrilhada o menor vira alvo do jornal,
Depois, aluno de cadeira e pistola.
Há como calar com esta bebida amarga
Tragando o paladar?

Meu irmão foi perseguido no mercado pelo segurança,
E suas mãos se demoraram sobre a carne branca,
Até estilhaçar sua humanidade.

Os meninos de rua invadiram as casas e mataram as sinhazinhas.
Não houve jeito.

Precisamos reagir.

Se a casa grande nos deve até a alma,

Que comecem os jogos, que paguem com o que se paga:

E ei de escolher minhas peças pelos dentes.

(NATÁLIA, 2017).

No caso dos rapazes de Costa Barros, como se não bastasse tamanha atrocidade, a polícia ainda forjou uma cena de crime alegando que os jovens estavam armados e que por esse motivo eles reagiram. Todavia, a versão foi desmascarada por testemunhas que disseram que os policiais haviam colocado uma arma perto do veículo para os incriminarem: “Da viatura gritarão que transportávamos droga, que atiramos com armamento pesado, que reagimos e tombamos”. Se não fossem as testemunhas oculares, esse seria mais um caso em que a polícia alegaria que houve confronto e que, portanto, teriam atirado, assim, esse caso seria mais uma morte arquivada sem nenhum tipo de investigação, bastando apenas a alegação dos policiais como única fonte de evidência, e, conseqüentemente, os mortos seriam classificados como bandidos da mais alta periculosidade. Em 2019, os quatro policiais militares envolvidos na chacina foram julgados, um foi absolvido, outro recebeu uma pena de oito meses de reclusão pelo crime de fraude processual, e somente dois militares receberam uma punição mais severa, sentenciados a cinquenta e dois anos de reclusão.

Para a família das vítimas restou o vazio da perda dos filhos, os quais tiveram suas vidas ceifadas por aqueles que deveriam protegê-los, além de ter restado um sentimento de indignação e impunidade gerados por saber que, no final de tudo, aqueles jovens pretos e pobres farão parte de mais uma estatística de violência e, com o tempo, serão esquecidos pelo Estado e pela sociedade que a cada dia normaliza e banaliza o genocídio do povo preto. Essas mortes, e tantas outras das quais temos notícia por meio da grande mídia e imprensa, em nada mudaram a política de segurança pública, que continua perpetuando um sistema racista extremamente violento e desumano. Ainda somos “a carne mais barata do mercado”, nossas mortes são naturalizadas diariamente sem que isso cause nenhum tipo de indignação por parte da sociedade, uma desvalorização da vida, como se a eliminação dos nossos corpos fosse parte de um projeto de governo eugenista que tenta a todo custo varrer a nossa existência.

Diga não ao genocídio do meu povo preto
Eu não aguento mais
Ver meus irmãos pretos estampados mortos nos jornais

Eu não aguento mais
Ver meus irmãos com cento e onze tiros dados por policiais
(FERREIRA, 2018b)

Que tipo de abordagem a polícia teria se fosse um carro com cinco jovens brancos? Com certeza todos os jovens estariam vivos e, talvez, nem fossem conduzidos à delegacia, porque jovens brancos não são percebidos como criminosos e, mesmo quando cometem crimes, os delitos são amenizados, “afinal são só meninos”, um jovem branco com drogas é lido como dependente químico/ usuário, mesmo que seja preso com cento e trinta quilos de maconha²², um jovem preto com dez gramas²³ da mesma droga é um traficante. Isso demonstra que o privilégio branco permite um julgamento diferenciado tanto por parte da sociedade, que não os vê como criminosos, quanto por parte do sistema judiciário, que pune de maneira extremamente desproporcional a brancos e pretos: aos primeiros cabe a oportunidade de errar e alcançar a redenção, aos segundos resta uma punição descabida e injusta. A justiça, que não faz justiça, assume ter dois pesos e duas medidas, afinal, em um sistema judiciário majoritariamente composto de juízes brancos é normal ter um olhar de piedade e de compreensão para os seus iguais, já que a justiça brasileira não é cega, e ver o sujeito preto como o único perfil a ser punido. Por isso, se olharmos as penitenciárias no Brasil, veremos que ela é composta em sua grande maioria de jovens pretos e pardos, muitos sem nem ao menos terem tido direito a um julgamento, resultando num encarceramento em massa da população preta. Não somos mais propensos à criminalidade, somos mais propensos a injustiças de todo um sistema de racismo institucionalizado.

[...] uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema judiciário racial onde o *status* de brancos e não brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume. Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas (CARNEIRO, 2011, p. 91).

O genocídio do povo preto é só um dos efeitos de uma política pública que decide

²² O caso se refere à prisão de Breno Fernando Solo Borges, de trinta e sete anos, filho de uma desembargadora, que foi preso por portar munições de fuzil, uma pistola e cento e trinta quilos de maconha. Como punição, ficou preso por apenas três meses, depois desse período, ele foi internado em uma clínica psiquiátrica. A justiça classificou Breno como dependente químico e não como traficante. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-presos-por-traffic-de-drogas-e-solto-no-ms.html>> Acesso em: 11 out. 2022.

²³ Caso de Lucas Moraes de Trindade, de vinte e oito anos, preso durante dois anos por portar dez gramas de maconha. Por um ano inteiro, o jovem não teve direito ao julgamento e em 2020, Lucas veio a morrer no presídio vítima de coronavírus. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/10/jovem-negro-de-28-anos-presos-com-10g-de-maconha-morre-de-covid-19-em-mg.htm>> Acesso em: 11 out. 2022.

quem são os corpos que vão viver e os que vão morrer, e isso não se refere apenas à morte de pessoas pretas por parte da polícia, mas, também, ao fato de ocuparmos os piores indicadores da sociedade, visto que somos as maiores vítimas de homicídio, ocupamos a maior parcela no sistema penitenciário, e também somos deixados para morrer quando não recebemos a devida atenção do Estado no que tange à saúde, educação, trabalho, moradia, portanto, somos entregues à nossa própria sorte. Se a constituição brasileira nos assegura o direito à vida, à liberdade, à saúde, por que determinados indivíduos não os usufruem? A resposta é que esses indivíduos, historicamente excluídos em detrimento de um passado escravocrata, não são percebidos como iguais e, por esse motivo, acabam não sendo atendidos por políticas públicas que insistentemente lhes negam o mínimo de direitos assegurados por lei.

Esse tratamento desigual e a omissão do Estado em atender a uma parte específica da população é, na verdade, um modelo de política que, ao invés de promover o bem estar social, promove a morte. O filósofo camaronês, Achille Mbembe (2003), define esse tipo de exclusão como necropolítica, ou seja, políticas pautadas em parâmetros que regem a vida de determinados grupos na sociedade vistos como inferiores ou perigosos. Um exemplo dessa necropolítica é a “guerra às drogas” que sistematicamente mata pretos, pobres e periféricos, pois, nesses lugares, existe um constante Estado de exceção, no qual os direitos desses indivíduos são violados. É como se vivêssemos literalmente em uma guerra permanente, na qual tudo é permitido para garantir, supostamente, uma ordem e uma paz, no entanto, o inimigo não é externo, mas interno, e a polícia militarizada é quem extermina os cidadãos que ela teria obrigação de defender, prezando pela vida e segurança. A necropolítica no Brasil é uma extensão do racismo que se apresenta de maneira extremamente violenta e desumana e que é legitimada pelo Governo, pelas Instituições e pela sociedade, os quais normalizaram o extermínio contínuo de parte de seus cidadãos tidos como inferiores e, por isso, indignos do direito à vida.

Na segunda parte da canção, Bia Ferreira interliga a letra do *rap* “Da ponte para cá”²⁴, dos Racionais MC’s — cujo título expressa a segregação entre as áreas periféricas e as áreas nobres, metáfora que ganhou grande proporção e aceitação no movimento *hip hop*, e tem como significado a distinção de quem mora em áreas periféricas da cidade — e que, nesse contexto específico, refere-se ao bairro Capão (Capão Redondo). A ponte, além de ter um sentido literal, porque é um meio que interliga o bairro a outras regiões, também conecta mundos diferentes: de um lado pobres e de outros ricos. A região sul de São Paulo cantada no

²⁴ Música do grupo Racionais MC’s, lançada em 2002. Álbum: Nada como um dia após o outro dia. Autores: Ice Blue e Mano Brown.

rap, durante muitos anos, ocupou os noticiários como uma das regiões mais violentas da cidade e, ademais, seus moradores eram vítimas de uma política de segurança pública em que a polícia agia de forma truculenta, cometendo abuso de poder e matando inocentes, “um efeito colateral” para justificar a luta e o combate ao narcotráfico.

A realidade de violência e a pobreza começaram a ser denunciadas por meio do *rap*, que não era um mero entretenimento para os jovens periféricos, mas também uma ferramenta utilizada para conscientização. Todavia, esse eu lírico é visto de uma maneira negativa por aqueles que não entendem a sua mensagem: “maldito, vagabundo, mente criminal”. A criminalização é tanto do sujeito quanto da arte que ele produz, a qual nem é considerada como arte, visto que o preconceito cultural está igualmente interligado a um preconceito de classe e de raça, pois aquilo que é produzido por preto, pobre e periférico é subestimado.

O uso de algumas palavras mostra a dualidade de realidades: a que o sujeito vive, e uma que almeja ter como, por exemplo, “vinho branco pra todos, um advogado bom”, “triplex pra coroa é o que malandro quer, não só desfilar de nike no pé”, “quero sua irmã e seu relógio Tag Heuer”. Esse mundo de contraste é dividido por uma ponte que representa também essa divisão social, que leva o eu lírico a pensar que sempre foi assim e continuará sendo: “nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar/ entendeu? Se a vida é assim tem culpa eu?”

A Lua Cheia clareia as ruas do Capão
 Acima de nós só Deus, humilde, né, não? Né, não?
 Saúde! *Plim!*, mulher e muito som
 Vinho branco para todos, um advogado bom
 Aham, aham
 Ei, esse frio tá de fuder
 Terça feira é ruim de rolê, vou fazer o quê?
 Nunca mudou nem nunca mudará
 O cheiro de fogueira vai perfumando o ar
 Mesmo céu, mesmo CEP no lado sul do mapa
 Sempre ouvindo um RAP para alegrar a rapa
 Nas ruas da Sul eles me chamam Brown
 Maldito, vagabundo, mente criminal
 O que toma uma taça de champanhe também curte
 Desbaratinado, tubaína *tutti-frutti*
 Fanático, melodramático, *bon-vivant*
 Depósito de mágoa, quem está certo é o Saddam, ham
 Playboy bom é chinês, australiano
 Fala feio e mora longe, não me chama de mano
 E aí, brother, hey, uhuuul! Pau no seu hiii!
 Três vezes seu sofredor, eu odeio todos vocês
 Vem de artes marciais que eu vou de sig sauer
 Quero sua irmã e seu relógio Tag Heuer
 Um conto, se pá, dá pra catar
 Ir para a quebrada e gastar antes do galo cantar

Triplex para a coroa é o que malandro quer
 Não só desfilar de Nike no pé
 Vem, com o relógio e o din din do seu pai
 Mas no rolê com nós cê não vai
 Nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar
 Entendeu? Se a vida é assim, tem culpa eu?
 Se é o crime ou o creme, se não deves não teme
 As perversa se ouriça, os inimigo treme
 E a neblina cobre a estrada de Itapeirica
 Sai, sai, sai, sai
 Deus é mais, vai morrer pra lá zica!
 (FERREIRA, 2018c)

As palavras de ordem também estão presentes e são repetidas várias vezes de uma maneira imperativa, a utilização da figura de linguagem da anáfora no termo “diga não...” é empregada para enfatizar e reivindicar aquilo que o eu lírico deseja para o seu povo que são sintetizadas nas frases: “diga não ao racismo”, “diga não ao preconceito”, “diga não ao genocídio do meu povo preto”, “diga não à polícia racista”. Contudo, esses objetivos só serão alcançados se todos se juntarem à causa e também lutarem, pois, injustiças e desigualdades só são revertidas com ações, por isso que a música diz “diga não, não fique só assistindo, muita gente morre irmão enquanto você tá rindo”.

Além de inserir a música dos Racionais MC’s, Bia Ferreira também menciona a canção “A carne”²⁵ interpretada pela cantora Elza Soares, a letra ressalta a desvalorização do corpo negro e a sua desumanização expressa pelo refrão “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. O mercado faz alusão ao período escravista em que pessoas negras eram vendidas como mercadorias e, ainda nos dias, atuais podemos pensar o mercado como a própria sociedade que inferioriza determinados corpos por considerá-los menos dignos de direitos. Logo, se a carne mais barata do mercado é a carne negra, ela não recebe nem o valor devido e tampouco a atenção merecida, portanto, os corpos negros são negligenciados em diversas instâncias. O racismo e o genocídio da população preta são males que a sociedade insiste em não enxergar, mesmo que as estatísticas mostrem o quanto somos ignorados como sujeitos de direito e o quanto somos vítimas das desigualdades sociais e raciais que são tão intrínsecas ao sistema público, político, laboral, econômico no nosso país.

A intertextualidade que Ferreira promove para a música “Diga não”, não é por acaso, ela insere a obra de artistas pretos, Racionais MC’s e Elza Soares, que tiveram um papel muito importante na cultura negra por serem sujeitos periféricos e pobres que, por meio da música, trouxeram visibilidades a questões que assolam o povo preto, e não se intimidaram

²⁵ Música de Elza Soares, lançada em 2002. Álbum: Do cóccix até o pescoço. Autores: Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelette.

em mostrar a dura realidade que pessoas racializadas estão sujeitadas em nossa sociedade, realidade que envolve exclusão, desigualdades, preconceito e racismo. Dessa forma, a arte é usada para além do lúdico e do entretenimento, ela se concebe, igualmente, como uma ferramenta de resistência que empodera, dá visibilidade e combate o racismo impregnado na nossa sociedade. Além disso, a arte ajuda a conscientizar não apenas pessoas pretas, mas, sobretudo, pessoas brancas, para que elas possam entender que o combate ao racismo precisa ser uma luta principalmente delas, afinal, se o racismo foi criado por elas e ele as beneficia até os dias atuais, para ele ser extinto faz-se necessária a participação também de quem o criou.

CONCLUSÃO

O feminismo negro não surgiu como o objetivo de dividir o movimento feminista, muito menos desvirtuar a pauta da opressão de gênero, sua gênese se deu para atender às demandas que não eram contempladas pelo feminismo tradicional. Repensar outras formas de opressão enfrentadas pelas mulheres foi uma das maneiras de buscar a igualdade não somente de gênero, mas também de raça e classe, assim, a análise crítica das lacunas deixadas pelo movimento de mulheres brancas se estendeu também ao movimento negro que, por mais que se atentasse à desigualdade de raça e à luta contra o racismo, ainda reproduzia o machismo e a misoginia.

Mesmo com todos os feitos conquistados pelo movimento feminista tradicional, este se mostrou excludente, elitista e por vezes racista ao longo do tempo, por isso a crítica feita a ele no decorrer da dissertação não invalida ou menospreza a sua importância na história de luta das mulheres, contudo, este texto serve para trazer uma reflexão sobre a invisibilidade que mulheres não brancas e pobres foram vítimas e sobre o fato de que a sororidade empregada pelo feminismo não se estendeu a todos os perfis de mulheres.

Ao longo da pesquisa, constatamos como o gênero persiste sendo um fator de assimetria em nossa sociedade, e a raça potencializa essa assimetria resultando em uma dupla opressão que subjuga mulheres negras e nos empurra às margens do sistema, todavia, a mudança para derrubarmos essa estrutura de opressão tem se dado de forma lenta. Se pensarmos, por exemplo, que em pleno século XXI e que ainda estamos discutindo maneiras de se combater o racismo e o machismo, entendemos o quão exaustivo tem sido esse trabalho, o qual, às vezes, transmite-nos a sensação de estarmos nadando contra a maré, uma vez que o pedido é óbvio: a igualdade de direito para todos, sem nenhum tipo de distinção, seja ela de raça, gênero ou classe social.

Apesar de todos os percalços, nós, mulheres negras, recusamo-nos a aceitar o destino de exclusão que tentam nos impor, por isso, continuamos sendo resistência, questionando o modelo patriarcal e combatendo não apenas a misoginia, tão presente nas nossas vidas, como também o racismo estrutural normalizado pela nossa sociedade e amenizado por meio de discursos que resvalam em uma falsa democracia racial de um país que insiste em não reconhecer o seu próprio racismo, que varre para debaixo do tapete as consequências de séculos de um passado escravista, e que tem reflexos negativos sobre a população negra do Brasil até os dias atuais.

O caminho percorrido na busca por igualdade foi árduo, e ainda continua sendo, e mesmo que as nossas conquistas tenham sido muitas, não podemos baixar a guarda e nos acomodarmos pensando que já temos o suficiente pois, a qualquer pequeno descuido, nossos direitos são novamente questionados e ameaçados. Por isso a luta deve ser diária e enquanto outras mulheres ainda forem oprimidas e descriminalizadas em alguma parte desse mundo, não poderemos dizer que o feminismo trouxe emancipação para todas. De fato, ele abriu caminho para mudanças e nos fez questionarmos o patriarcado, porém a luta feminista e antirracista é constante e está longe de acabar.

Se fez indispensável pontuarmos, também, os impactos do racismo não somente na vida de mulheres negras, mas na vida de homens pretos, principalmente os jovens, pois eles são os mais impactados pela necropolítica que extermina diariamente corpos negros, e é impossível imaginarmos uma sociedade mais justa e igualitária sem nos atentarmos a esses dois grupos que estão na base da pirâmide social e são vistos como sujeitos subalternos, ocupando os piores indicadores sociais em vários quesitos, porque a desigualdade racial tem um impacto tão grande quanto a desigualdade de gênero. No entanto, enquanto o Estado brasileiro não traçar estratégias específicas para desfazer a discriminação racial e investir em políticas públicas que tragam uma reparação histórica para a população preta, a disparidade entre brancos e pretos não será amenizada, pois tratar apenas a questão de desigualdade social não irá resolver a questão racial.

Pesquisar e falar sobre racismo sendo uma mulher preta não foi uma tarefa fácil, foi uma imersão nas minhas próprias vivências e, por vezes, foi um processo doloroso e revoltante, pois o racismo não faz nenhum tipo de distinção, ele atravessa todas as camadas e atinge todas as pessoas pretas, sejam elas ricas ou pobres, anônimos ou famosos, com diploma universitário ou não, velhos ou jovens, mulheres ou homens. Infelizmente, nenhuma pessoa preta está imune a esse mal, pois ele está enraizado na nossa sociedade de uma maneira estrutural e institucionalizado, sendo reproduzido pela mídia, redes sociais, por agentes do Estado, pelas Instituições, pelo esporte e, até mesmo, pela arte, seja na música ou na literatura: tudo ao nosso redor produz e reproduz algum nível de racismo, por isso é tão difícil desconstruir algo que foi sendo, por tanto tempo, normalizado e aceito sem ao menos ser questionado e debatido. Precisamos, sim, rever o preconceito que existe e agirmos para que as coisas mudem, logo não será mais aceitável que com tanto acesso a conhecimento, ainda nos deparemos com pessoas racistas que insistem em dizer que cometeram “equivocos” pois não sabiam sobre falas ou atitudes racistas das quais fizeram uso a vida inteira, ou, então, que aleguem algum tipo de “doença mental” para justificar atos de injúria racial ou racismo.

Trazer para a academia a pesquisa sobre a obra artística de uma mulher preta, lésbica e periférica como Bia Ferreira, é uma maneira de reparar, de alguma forma, o apagamento que pessoas negras tiveram como corpos detentores de conhecimento, de sabedoria e de intelectualidade. É imprescindível mudarmos a dinâmica de como pessoas negras e a sua produção cultural vem sendo estudada, o que, por vezes, limita-se a um mero objeto analisado pela perspectiva de pessoas brancas, de uma maneira muito subjetiva e generalizada, uma vez que sempre é o outro que fala por nós e não nos é dado lugar para que possamos falar por nós mesmos. Continuamos dando muita relevância para estudos de autores e obras racistas e justificamos que naquele tempo não se havia uma consciência racial, mas se hoje conseguimos ter essa consciência não é mais admissível que continuemos laureando aqueles que propagaram racismo, deturparam e diminuíram em suas obras pessoas pretas. Se queremos mudanças de pensamento e de paradigmas, precisamos ter mudanças de atitudes e pôr em evidências obras e produções de artistas, escritores e intelectuais pretos, pois somos também protagonistas no processo de construção do saber e não apenas coadjuvantes. E, por mais que a intelectualidade branca não aceite isso, ela terá que se acostumar, pois o povo preto está ocupando esse espaço que era de exclusividade branca.

Devemos ir além do cânone literário que é majoritariamente de homens brancos, e cedermos espaço para a diversidade que existe, embora não seja reconhecida, para que possamos estudar e pesquisar mais Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Ana Maria Gonçalves, Sueli Carneiro, Djamilá Ribeiro, Alice Walker, Audre Lorde, bell hooks, Toni Morrison, Paulina Chiziane, Grada Kilomba, etc. Esses são alguns exemplos que enriqueceriam o meio acadêmico trazendo uma nova visão sobre o sujeito preto e sobre o mundo por meio de outras lentes e perspectivas, desprendidas da visão de escravidão e de sofrimento, pois somos seres capazes de falar sobre amor, história, poesia, música, literatura, filosofia, arte ou qualquer outro assunto.

Enquanto continuarmos insistindo em uma visão eurocêntrica, elitista, conservadora e masculina, limitaremos a literatura a uma perspectiva unilateral do mundo, de narrativas e de personagens. O enriquecimento e o maior alcance da literatura só serão possíveis se dermos espaço para a diversidade, por isso, pessoas pretas precisam se ver em obras literárias não como escravos ou seres do mal, desprovidos de qualidades e de virtudes, precisamos nos ver nos escritores, em obras literárias, em campos de estudos, porque a representatividade tem que se fazer presente em todas as esferas.

A pesquisa sobre a produção artística de Ferreira teve como intuito romper com as barreiras da misoginia e do preconceito, e dar voz não somente a ela, mas a todas as mulheres

pretas mostrando sua importância na construção da história através da sua resiliência, força e insistência em não se conformar com o pouco que lhe foi dado. A utilização de suas canções tornou o seu discurso acessível a várias pessoas, visto que diferentemente de um livro em que a mensagem depende da ação da leitura, a música vem sem pedir licença e consegue atingir um número expressivo de pessoas, porque ela está presente nas rádios, nas redes sociais, em *streaming* de música, em um vídeo aleatório do *Youtube*. Inclusive, foi assim que conheci as músicas da Bia, ela apareceu ali para mim sem eu querer, sem pedir licença e o seu discurso empoderado me alcançou e me impulsionou a levá-lo a outras pessoas e a outros espaços.

Os questionamentos e as reflexões do feminismo negro não foram esgotados, o movimento de feministas brancas ainda precisa reconhecer e compreender seus privilégios, e a branquitude tem que estar disposta a construir um caminho de diálogo e de escuta para que, juntas, consigamos traçar estratégias eficientes para derrubarmos os muros das desigualdades de raça, gênero e classe que insistem em nos separar.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel. Aquela “neguinha” atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (org.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Fatos e Mitos. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza: 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestr e 2002, p. 209-214.
- Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 12 mar. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, 17 (49), 2003, p. 117-133. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>>. Acesso em 12 mar. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo negro, 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro*. Tradução Jamille Pinheiro Dias, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, jan./jul. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 7 jun. 2022.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.
- FERREIRA, Bia. *Cota não é esmola*. Curitiba 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>>. Acesso em 3 mar. 2022.
- FERREIRA, Bia. *Não precisa ser Amélia*. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>>. Acesso em 01 set. 2022.
- FERREIRA, Bia. *Diga não*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HyusmerTeUM>>. Acesso em 08 ago. 2022.
- FERREIRA, Bia. *De dentro do ap*. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watc>>

h?v=01Eny4owhJI>. Acesso em 10 fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios, Márcia Lima: 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, ano 3, 2º semestre 1995, p. 464-478.

Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em 04 nov. 2022.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo*. Tradução Ana Luiza Libânio: 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. *Olhares negros raça e representação*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?* Tradução Bhuvli Libanio: 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IPEA. *Brasil retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: < <https://ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2022.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019.

NATÁLIA, Livia. *Água negra e outras águas*. Organização e ilustração Fernando Oberlaender: 2. ed. Salvador: Caramurê, 2017.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Rio de Janeiro: Edufba, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila.

Quem tem medo do feminismo negro? 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução Guacira Lopes Louro. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. “*Matar muito, prender mal*”: A produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. 2016. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Liliam. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura

afrodescendente no Brasil no par línguas espanhol português. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v .57.1, p.72-88, jan./abr.2018.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/JZjt3cFmJfPws34Yxx84HHQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 21 abril. 2022.

TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico*. São Paulo: Jandaira, 2021.